



IV – INFRA-ESTRUTURA

O ano de 2008 foi marcado pela continuidade e ampliação de ações que compõem a carteira de projetos do PAC, sendo removidos obstáculos institucionais e econômico-financeiros para viabilizar parcerias e complementaridades dos investimentos públicos e privados. Em um contexto de crise internacional, no qual se observou uma tendência de movimentos de desaceleração econômica e cautela por parte de segmentos do setor privado, a intensificação dos investimentos em infra-estrutura tem representado importante contribuição ao movimento anticíclico da economia, contribuindo para a realimentação do nível de atividade, além de gerar externalidades positivas nos âmbitos econômico e social.

1. Energia

O Brasil, em 2008, continuou na trajetória de crescimento sustentado, requerendo medidas do Governo no campo da infra-estrutura energética para assegurar o suprimento de energia compatível com a performance econômica e social do País. Nessa linha, ancorada sobretudo nas ações do PAC, foram realizados importantes leilões de geração e transmissão, de modo a ampliar significativamente a oferta contemporânea e prospectiva de energia.

Em relação ao setor de petróleo e gás, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória, denominada Pré-sal, que permitirá incluir o Brasil na seleta lista de grandes exportadores de petróleo. Ainda em 2008, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o novo marco legal da indústria do gás, o que contribuirá sobremaneira para o aumento dos investimentos no setor.

O desempenho do setor de biocombustíveis consolida a posição de vanguarda do País, que, em 2008, sediou a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, reunindo representantes de 92 países e 26 organismos internacionais para discutir os desafios e oportunidades apresentadas pelos biocombustíveis.

Para o ano de 2009, serão privilegiadas iniciativas que busquem ampliar a segurança energética brasileira, otimizando o potencial de oferta de energia elétrica sob a égide da modicidade tarifária. Na área de petróleo e gás, a perspectiva aponta para a continuidade do incentivo à exploração e produção, pela via do estímulo à competição entre os agentes integrantes do setor, prosseguimento dos investimentos no parque de refino, fomento às ações de ampliação da exploração e produção, e aprofundamento das discussões com a sociedade brasileira sobre o marco institucional do setor de petróleo e gás em um novo cenário que se avizinha.

a) Energia Elétrica

O Governo desenvolverá, ao longo de 2009, um conjunto de ações visando assegurar as condições necessárias para dotar o País de infra-estrutura energética capaz de suportar as taxas de crescimento do PIB previstas para o horizonte 2009/2012. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão foram inseridos no PAC. Em relação à geração de energia elétrica, para este exercício, projeta-se o incremento de aproximadamente 5.340,2 MW na capacidade de geração.

Dentre as obras estratégicas para o suprimento da oferta de energia elétrica, no médio prazo, destaca-se a celebração, em 2008, dos contratos de concessão para a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que representarão juntas um acréscimo de 6.450 MW na capacidade de geração do sistema elétrico e garantirão o fornecimento de energia a partir de 2012.

a.1) Geração e Transmissão

A capacidade de geração de energia elétrica atingiu, em 2008, 110.423 MW, incluídos 8.170 MW referentes à importação. A entrada em operação da UHE Castro Alves (RS), com 129 MW, da Usina Termoelétrica (UTE) Jesus S. Pereira (Vale do Açu/RN), com 367,9 MW, e das usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com 592,05 MW, estão entre as obras que contribuíram para esse resultado. Em agosto do referido ano, iniciou-se a construção da UHE Santo Antônio, de 3.150 MW, no Rio Madeira em Rondônia, cuja entrada em operação acontecerá até maio de 2012. Em novembro, foi emitida a licença de instalação parcial da UHE Jirau de 3.300 MW, a ser também implantada no Rio Madeira, com início previsto de operação em janeiro de 2013. Para o ano de 2009, está previsto o início da operação de 912,6 MW de fonte hidráulica, 3.506,5 MW de fonte térmica e 921 MW decorrentes do Proinfa, que totalizarão 5.340,1 MW.

Em 12 de agosto de 2008, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) autorizou a realização das obras de regularização em concreto da área de construção para a Usina de Angra III. As condicionantes impostas pelo Ibama foram respondidas e entregues, pela Eletronuclear, em novembro de 2008. Aguarda-se a emissão da licença de instalação definitiva para março de 2009.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em 2008, a extensão de 90.672 km, dos quais 1.766 km são referentes aos sistemas isolados, e foram energizados 3.438 km de linhas de transmissão (LTs), sendo que, entre 2003 e 2008, foram construídos 18.165 km. Os resultados obtidos foram a maior integração dos subsistemas elétricos, a ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do País, e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Quanto à expansão total da transmissão de energia elétrica, estão em implantação 3.908 km de linhas de LTs e 9.851 MVA de potência de transformação para início de operação em 2009. Para a segurança do suprimento de energia elétrica, serão licitados, em 2009, cerca de 4.500 km de linhas de transmissão. Dentre os empreendimentos de transmissão, merecem destaque as interligações energéticas entre Regiões, ressaltando-se para 2009 i) a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da linha de transmissão Jauru (MT)/Vilhena (RO), que irá proporcionar economia de cerca de R\$ 1,5 bilhão na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC); ii) a linha de transmissão Colinas (TO)/Milagres (CE) que reforçará a capacidade de transferência entre as regiões Norte e Nordeste. Ainda para 2009, está previsto o início da implantação da LT Tucuruí–Manaus–Macapá, importante obra de interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, representando também uma importante redução no consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, dos subsídios da CCC. Ainda em 2009, estão previstas as assinaturas dos contratos de concessão dos empreendimentos de transmissão necessários para o escoamento da energia das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Ocorreram, no ano de 2008, o leilão da UHE Jirau, no Rio Madeira (RO); dois leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração (A-3 e A-5); e o leilão de energia de reserva, que totalizaram 6.131,71 MW médios de energia contratada e 13.019,36 MW de potência instalada. A mencionada UHE de Jirau foi leiloada em maio, sendo contratados 1.382,71

MW médios para suprimento ao mercado cativo (regulado), ficando 592,59 MW médios para o mercado livre, equivalentes a 30% da energia assegurada.

O 1º Leilão de Compra de Energia de Reserva, realizado em agosto, contratou 548 MW médios de energia elétrica provenientes de 31 empreendimentos de geração a partir de biomassa, proporcionando o aumento da participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. Esses empreendimentos adicionarão 2.369,40 MW de potência instalada ao SIN e demandarão investimentos de R\$ 4,6 bilhões.

O leilão A-3, para contratação de energia elétrica com início de suprimento a partir de 2011, realizado em setembro, resultou na contratação de 1.076 MW médios, provenientes de 10 empreendimentos de geração que acrescentarão 1.935,39 MW ao SIN e importarão investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (75,4%) e gás natural (24,6%), dos quais 91% encontram-se no sub-mercado Nordeste e 9% no submercado Sudeste/Centro-Oeste.

No 7º Leilão A-5, realizado também em setembro, foram contratados 3.125 MW médios gerados a partir da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu/PR (121 MW médios) e de 23 empreendimentos de geração termelétrica (3.004 MW médios), que acrescentarão 5.414,56 MW ao SIN com investimentos previstos de R\$ 11,3 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (64%), gás natural (22%), carvão mineral importado (9%), hidráulica (4%) e biomassa (1%), dos quais 15 estão no submercado Nordeste, 8 no Sudeste/Centro-Oeste e 1 no Sul, com início de suprimento para 2013. As concessões e autorizações de geração, resultantes dos leilões de energia elétrica, realizados em 2008, que não foram efetivadas, serão outorgadas em 2009.

O leilão de transmissão, realizado em junho, contratou 3.000 km de linhas de transmissão e 20 subestações, dentre as quais a interligação Tucuruí–Manaus–Macapá e reforços da Rede Básica nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Essas instalações de transmissão têm previsão de início de operação para 2012, quando 99,9% do sistema elétrico brasileiro estará interligado e propiciará uma significativa redução no consumo de combustíveis fósseis na região Norte e do custo da geração de energia elétrica. São estimados investimentos de R\$ 2,86 bilhões. Já no 2º leilão de transmissão, realizado em outubro, foram contratados 275 km de linhas de transmissão e 7 subestações, para atender à ampliação da Rede Básica do SIN nos Estados do Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, com investimentos estimados em R\$ 589 milhões.

O leilão de transmissão, realizado em novembro, licitou 2.044 km de linhas e 9 subestações para ampliações da Rede Básica nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e das Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), que permitirão a comercialização dos excedentes de energia elétrica produzidos a partir de biomassa de cana-de-açúcar. Esses sistemas de transmissão têm início de operação previsto para julho de 2010. O investimento total previsto de R\$ 969 milhões irá gerar, durante a construção, cerca de 9.500 empregos. As outorgas serão concedidas no primeiro semestre de 2009. Em outro leilão, realizado também em novembro, foi licitado o sistema de transmissão para interligar as Usinas de Santo Antônio e Jirau ao SIN, compreendendo 5.446,60 km de linhas de transmissão e 7 Subestações, com entrada em operação para 2013, cujas concessões serão outorgadas no primeiro semestre de 2009. São estimados investimentos de R\$ 7,2 bilhões para esse empreendimento.

Assim, nos quatro leilões realizados no ano de 2008 foram licitados 13.626 km de linhas de transmissão e 85 novas subestações do SIN, com investimentos de R\$ 11,53 bilhões. Foram concedidas 18 novas outorgas de transmissão de energia elétrica, que totalizaram 4.930 km de linhas de transmissão e 23 novas subestações. Outras 20 concessões serão outorgadas em 2009.

a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Serão realizados, no ano de 2009, dois leilões A-3 e A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de contratar cerca de 3.000 MW médios, para o atendimento ao mercado previsto pelo planejamento da expansão a partir de 2012 e 2014, respectivamente. Serão leiloadas, também em 2009, as concessões para exploração de quatro potenciais hidrelétricos, dentre as quais a usina de Belo Monte, localizada no Rio Xingu, no Estado do Pará, cujos estudos estimam uma potência instalada em cerca de 11.000 MW.

Estão previstos dois leilões de transmissão de energia elétrica para o ano de 2009. O 1º leilão licitará a concessão de reforços de transmissão necessários nos Estados do Acre e Rondônia, além do sistema para transmissão da energia elétrica gerada pelas usinas localizadas no Estado de Mato Grosso, compreendendo seis subestações e 2.119 km de linha de transmissão. As instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do 2º leilão, serão definidas a partir da consolidação dos reforços das obras de expansão da Rede Básica para o período 2009/2011, acrescendo cerca de 2.375 km de linhas de transmissão e oito subestações.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

No ano de 2009, dar-se-á a introdução de horizontes de planejamento intermediários e novos estudos específicos que ampararão as tomadas de decisão para a indicação dos empreendimentos para licitação e transmissão. Dentre esses estudos, estão o Plano Quinquenal de expansão de energia e os estudos relacionados a indicadores energéticos. Esses estudos subsidiam o Governo, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), na definição do conjunto de obras de transmissão de energia que serão submetidas a processo licitatório em 2009, visando à manutenção da qualidade e confiabilidade do atendimento elétrico do SIN. Concomitantemente, a busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento do potencial energético é indicada nos planos decenais de energia e nos planos de longo prazo: PNE 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030.

a.5) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

No âmbito do PAC, em 2008, na área de geração e transmissão de energia elétrica, considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas licenças ambientais para 7 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 8 UHEs, 21 LIs, 79 UTEs e 7 autorizações de acesso à terra indígena para estudo de inventário de bacia hidrográfica. Dentre os empreendimentos licenciados, destacam-se o início da construção das mencionadas UHE de Santo Antônio e a Licença de Instalação (LI) parcial para a ensecadeira da UHE Jirau, antecipando em 6 meses a previsão de geração de energia.

a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

O Governo tem se pautado por iniciativas e ações que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética, com

ênfase na eficiência energética, considerada a fonte mais limpa e mais barata. Nesse contexto, o Proinfa, com investimentos privados da ordem de R\$ 11 bilhões, tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção da complementaridade das fontes eólicas e de biomassa com as hidrelétricas. A meta final é a instalação de 3.300 MW, quando estiverem concluídos os 144 empreendimentos que o integram. Até dezembro de 2008, 70 usinas entraram em operação, que correspondem a 1.593,23 MW. Para 2009, por meio do Proinfa será promovido um acréscimo de 1.299,87 MW no SIN, sendo 894,57 MW à Eólica e 405,3 MW a PCHs.

a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

Na busca pela estabilidade do marco regulatório, o Governo procurou assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, por meio de medidas de regulação e fiscalização dos mercados. Merece destaque, no campo da regulamentação, a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 2008, foram realizadas revisões tarifárias em 36 das 65 distribuidoras, com a revisão dos custos da concessão, observando-se as diretrizes legais e contratuais.

O aprimoramento da metodologia do processo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, que contou com as contribuições de audiências públicas realizadas em 2008, representa um importante marco para a continuidade desse segundo ciclo, cuja previsão, para 2009, é de promover revisão em 17 distribuidoras. No segmento de transmissão, destaca-se, para o exercício de 2009, o início do segundo ciclo de revisão tarifária, com a previsão de revisão de 12 transmissoras.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, foram realizadas 1.780 fiscalizações até novembro de 2008 e está programada, para esse exercício, a realização de 2.017 fiscalizações de obras, instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abrangando os aspectos econômicos e financeiros das concessões, bem como dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética. As fiscalizações são realizadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), contando com o apoio de terceiros e por meio das agências reguladoras estaduais conveniadas para o desenvolvimento de atividades delegadas.

Quanto aos aspectos técnico e comercial, será priorizada a prevenção de condutas irregulares, o acompanhamento do atendimento a consumidores livres e de baixa renda, e o programa de universalização no uso da energia elétrica. Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da CCC, que resulta em ações corretivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. As ações de fiscalização, para 2009, mantêm como uma das suas principais diretrizes a continuidade da busca pela modicidade tarifária, a exemplo dos resultados que foram obtidos em 2007 e 2008, com a efetiva diminuição dos encargos dessa Contribuição, de 36,6% e 19,3%, respectivamente, em relação ao exercício de 2006, proporcionando a redução de tarifas de várias distribuidoras.

Em relação às ações de outorga de concessões, autorizações, permissões e aos registros para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o desafio, para o período de 2009, é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, tendo ainda como foco as metas prioritizadas no PAC. Em 2008, em continuidade ao processo de regularização de cooperativas, foram regularizadas 25 dessas entidades como permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, e, para 2009, prevê-se a regularização

de mais 15 cooperativas como permissionárias e 26 como autorizatárias. No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão assegurados os serviços da central de teatendimento aos consumidores da ANEEL, bem como as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionaram, em 2008, atendimento de 1.732.826 solicitações, ultrapassando a meta de 1.700.000 estabelecida. Para 2009, a meta esperada é de atendimento de 2.040.000 solicitações.

Com vistas a fortalecer os mecanismos de controle social, foram realizadas audiências públicas com a participação da sociedade, consumidores e agentes, assegurando maior transparência ao processo de regulação, assim como a organização de eventos e teleconferências e a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar a satisfação do consumidor, a qualidade do serviço de energia elétrica e as expectativas dos agentes setoriais e dos consumidores.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

A exploração de petróleo e gás natural proporcionou novos horizontes ao País, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de nossos recursos petrolíferos. A partir do final do ano de 2007 e durante todo o ano de 2008, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória denominada de Pré-sal. Para ilustrar sua dimensão, vale mencionar que apenas as descobertas, com volumes recuperáveis estimados, de Tupi (5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente – boe), Iara (3 a 4 bilhões de boe) e Jubarte (1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 9,5 e 14 bilhões de boe. Isso equivale às reservas provadas brasileiras, em 2007, que foram de 14,8 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m³.

Em relação à produção de petróleo e gás, no final de 2007 e durante 2008, as plataformas Juscelino Kubitschek-JK, P-52, P-54 e P-53 entraram em operação. Dentre essas, destaca-se a plataforma JK, a primeira unidade a produzir na seqüência do Pré-sal, no campo de Jubarte. Como resultado da entrada em operação dessas plataformas, a produção brasileira atingiu a média de 1,9 milhão de barris por dia de petróleo, cerca de 4% superior à produção de petróleo no mesmo período de 2007.

Em relação à produção e à oferta de gás, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS) na região Sudeste do País, com o início da operação da fase II do campo de Peroá e o aproveitamento do gás produzido nas plataformas P-52 e P-54, na Bacia de Campos, e a ampliação da oferta no Campo de Manati, no Estado da Bahia, que possibilitaram, no decorrer de 2008, compensar o declínio natural dos campos já existentes e produzir 58,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, aumento de 19% em relação a 2007. Dessa produção, 29,4 milhões de m³/dia foram ofertados ao mercado nacional, representando crescimento de 35% em relação aos 21,8 milhões de m³/dia ofertados em 2007.

Em 2009, a meta de produção de petróleo é de 2,2 milhões de barris/dia e de 77,5 milhões de m³/dia para o gás natural. Para atingir essa meta, está prevista, para este exercício, a entrada em produção de mais 6 plataformas, que incorporarão à infraestrutura de produção 585 mil barris/dia de óleo e 25,9 milhões de m³/dia de gás natural adicionais, além da entrada em operação de 2 módulos da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Cacimbas, permitindo o tratamento de 7,0 milhões de m³/dia de gás natural. Os principais projetos de exploração e produção são:

- FPSO Cidade de Niterói – módulo 2 do campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos, com capacidade de 100 mil barris de óleo e 3,5 milhões m³/dia de gás;
- SS P-51 – módulo 2 do campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, com capacidade de 180 mil barris de óleo e 6,0 milhões m³/dia de gás;

- FPSO Espírito Santo – em parceria com a Shell e Oil and Natural Gas Co. (NGC) (35% Petrobras), desenvolvimento inicial do Parque das Conchas, que abrange os campos de Ostra, Argonauta e Abalone, na Bacia de Campos, com capacidade de 100 mil barris/dia de óleo e 1,4 milhão m³/dia de gás;
- FPSO Frade – em parceria com a Chevron e Frade Japão (30% Petrobras), desenvolvimento inicial do campo de Frade, na Bacia de Campos, com capacidade de 150 mil barris/dia de óleo e 3,0 milhões m³/dia de gás;
- FPSO Cidade de São Mateus – em parceria com a El Paso (76% Petrobras), desenvolvimento inicial do campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo, com capacidade de 25 mil barris/dia de óleo e 10,0 milhões m³/dia de gás;
- FPSO BW Cidade de São Vicente – em parceria com a BG e a Petrogal (65% Petrobras), teste de longa duração (TLD) do Pré-sal, no bloco exploratório de Tupi (BM-S-11), na Bacia de Santos, com capacidade de 30 mil barris/dia de óleo;
- Canapu – desenvolvimento inicial do campo de Canapu, na Bacia do Espírito Santo, com capacidade de 2,0 milhões m³/dia de gás; e
- UTG Cacimbas – início da operação dos módulos 2 e 3, com capacidade de tratamento de 3,5 milhões de m³/dia de gás natural cada, para especificação do gás proveniente dos campos marítimos da Bacia do Espírito Santo.

b.1) Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e Terceira Rodada de Campos Marginais

É importante ressaltar a realização, em 2008, da 10ª Rodada de Licitações, com a oferta de 130 blocos exploratórios localizados em sete bacias sedimentares terrestres maduras e de novas fronteiras. No total, 54 blocos foram arrematados, o que representa 68% da área oferecida. A Petrobras foi a empresa que arrematou o maior número de blocos, 27. Foram arrecadados R\$ 89,4 milhões em bônus de assinatura. O programa exploratório mínimo superou as expectativas para uma rodada com oferta de blocos exclusivamente em terra, totalizando investimentos da ordem de R\$ 611,1 milhões na fase de exploração.

Ressalta-se ainda que, no primeiro trimestre de 2009, está prevista a 3ª Rodada de Campos Marginais, com oferta de 19 áreas inativas com acumulações marginais na Bacia do Recôncavo.

b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Ao longo de 2008, o Governo atuou destacadamente na coordenação de reuniões com todos os agentes da cadeia da indústria do gás natural com o objetivo de buscar o consenso em torno do novo marco legal. O amplo acordo firmado entre esses agentes resultou na aprovação do PLC nº 90/2007, pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2008. O novo marco regulatório trará avanços importantes que contribuirão para consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Entre eles, destacam-se a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a atribuição de competência ao MME no planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

As grandes descobertas na área do Pré-sal tornaram necessário o aprofundamento do debate sobre um melhor aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Dessa forma, instituiu-se, em 2008, uma Comissão Interministerial com a finalidade de estudar e propor as alterações necessárias na legislação no que se refere à exploração e à produção de petróleo e gás natural nas áreas do Pré-sal. As sugestões dessa Comissão deverão ser amplamente discutidas pela sociedade brasileira durante o ano de 2009.

b.3) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infra-estrutura de transporte de gás natural, em 2008, a carteira de projetos monitorados totalizou 3.101,5 km de novos gasodutos. Desse total, 754 km foram concluídos (24%), 1.784,5 km estão em fase de construção ou testes (58%) e 563 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (18%). Com crescimento de 12% em relação ao ano passado, a malha de transporte passou de 6.424 km, em dezembro de 2007, para 7.178 km, em dezembro de 2008. Destaca-se, em particular, o início da construção do último trecho do Gasene, entre Cacimbas (ES) e Catu (BA), que interligará as malhas do Sudeste e do Nordeste. Esse gasoduto tem 954 km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³/dia. A previsão é que, em 2009, a malha atinja cerca de 8 mil km, e, em 2010, ano de conclusão desse gasoduto, a malha alcance 9.525,7 km de extensão.

Ademais, entrou em operação comercial o gasoduto Catu (BA) – Itaporanga (SE) com 196 km de extensão e capacidade de 10 milhões de m³/dia, que permite escoar o gás natural de Manati e do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). Com a conclusão desse gasoduto e o aumento de produção de Manati, o Estado da Bahia passa a ser exportador de gás natural para o Nordeste do País. Também já se encontra em operação o gasoduto Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES), trecho inicial do Gasene, com 303 km de extensão, que permite o envio do gás natural produzido na Bacia do Espírito Santo para atender a região Sudeste.

Destaca-se também a entrada em operação do trecho Taubaté-Japeri do Gasoduto Campinas-Rio, com 255 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, que permite um aporte de até 1,6 milhão m³ de gás ao mercado consumidor. Já em 2009, entram em operação os seguintes gasodutos:

- Japeri-Reduc, de 45 km, terá capacidade para transportar 20 milhões de m³/dia e permitirá o escoamento do gás natural originário da Bacia de Campos, Gasbol, GNL e futuramente da Bacia do Espírito Santo para atendimento ao mercado termoeletrico da região Sudeste;
- Paulínia-Jacutinga, de 93 km, terá capacidade de transportar 5 milhões de m³/dia, interligando o Gasoduto Bolívia-Brasil, em Paulínia, no Estado de São Paulo, com o Ponto de Entrega de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, levando o gás natural para o sul desse Estado;
- Gasduc III, de 178,3 km, terá capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia, aumentando a capacidade de transporte entre Cabiúnas e o Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de gás natural da Bacia do Espírito Santo e o fornecimento de gás novo da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e demais Estados do Sudeste. Está prevista também a possibilidade de transferir o gás proveniente do gasoduto Japeri-Reduc ou do sistema GNL da Baía de Guanabara para a Região Norte Fluminense, com a utilização da estação de compressão de Campos Elíseos; e
- GLPduto Urucu-Coari e o gasoduto Coari-Manaus. O primeiro, com extensão de 278 km, substituirá o gasoduto existente, Urucu-Coari, no transporte de GLP, liberando-o para o transporte de gás natural. O segundo, com 383 km de extensão, será interligado ao gasoduto Urucu-Coari, formando o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, cuja capacidade inicial de transporte de 4 milhões de m³/dia, permitirá escoar a produção de gás natural do pólo de Urucu para atendimento do mercado do Estado do Amazonas, principalmente para a geração de energia elétrica.

b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em 2008, entrou em pré-operação o terminal de GNL de Pecém (CE). Esse terminal possui capacidade de regaseificação de até 6 milhões de m³/dia, sendo prevista a sua operação comercial a partir de janeiro de 2009. O gás processado em Pecém

será usado, prioritariamente, para a geração de energia elétrica nas usinas Termoceará (CE), Termofortaleza (CE) e Jesus Soares Pereira (RN). Encontra-se também em fase de conclusão a construção do terminal de GNL da Baía de Guanabara (RJ), com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m³/dia. O início da operação comercial do terminal está previsto para fevereiro de 2009 e permitirá o pleno atendimento das usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho (RJ), Leonel Brizola (RJ) e Araucária (PR).

b.4) Refino, HBIO, Plangás e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 25,6 bilhões, até 2010, e terão sua capacidade instalada ampliada em 100 mil barris por dia de petróleo. Adicionalmente, haverá melhoria da qualidade dos combustíveis, conversão de produtos pesados em derivados leves, com maior valor agregado, e aumento do processamento de petróleo nacional. Nesse sentido, destaca-se a conclusão, em 2008, das obras de construção e montagem da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria Duque de Caxias e da Unidade de Separação de Propeno da Refinaria Henrique Lage.

A Refinaria Abreu e Lima (PE), com investimento previsto de R\$ 8,9 bilhões e capacidade de processamento de 200 mil barris/dia, tem sua entrada em operação projetada para 2010. Ainda no que tange à ampliação da capacidade nacional de refino, há previsão de construção das refinarias Premium, a serem instaladas nos Estados de Maranhão e Ceará, as quais deverão processar petróleo pesado oriundo da Bacia de Campos e produzir derivados de elevada qualidade e baixíssimo teor de enxofre, agregando mais 900 mil barris/dia ao parque de refino brasileiro.

Com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias, deve-se destacar o HBIO, processo que possibilita a utilização de óleo vegetal na corrente de formulação de óleo diesel. Desde julho de 2008, esse processo já se encontra disponível nas Refinarias Gabriel Passos, Presidente Getúlio Vargas, de Paulínia e Alberto Pasqualini.

Dos investimentos em petroquímica constantes no PAC, destacam-se o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com capacidade de processamento de petróleo de 150 mil barris/dia, investimentos previstos de cerca de R\$ 19 bilhões, até 2012, e a Petroquímica Suape (PE), com previsão de investimentos próximos de R\$ 1,4 bilhão, até 2010.

Em relação à área de transporte marítimo de combustíveis, destaca-se a continuação do processo de ampliação e substituição da frota nacional de navios petroleiros, iniciada em 2007, que resultará na construção de 49 navios e 2 superpetroleiros no Brasil. Até o momento, 26 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 4 bilhões. O processo licitatório para os demais navios foi iniciado em 2008 e tem conclusão prevista para 2009.

b.5) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

O Governo, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizou uma ampla gama de atividades de regulação, fiscalização e expansão do setor, em 2008. Tais atividades incluíram levantamentos geológicos e geofísicos, execução de rodadas de licitações de blocos exploratórios, gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras, gestão das concessões para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, fiscalização e autorização da distribuição e revenda de derivados do petróleo e etanol e autorização das atividades integrantes da indústria do petróleo e gás.

Nesse exercício, foi realizado um total aproximado de 605 mil km² de levantamentos geológicos e geofísicos, o que equivale a cerca de 8,1% da área total das Bacias Brasileiras (7.493.630 km²). Planeja-se realizar, em 2009, prospecção em uma área de 923 mil km², incluindo as Bacias do Ceará, Parnaíba, Parecis, Amazonas, São Luis-Bragança, Vizeu e Curumuxatiba, cujos levantamentos já se encontram em andamento. As atividades programadas, para este exercício, têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas rodadas de licitações de blocos. A inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

O acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras e da indústria do petróleo – Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) – é o repositório da enorme massa de dados e informações técnicas produzidas pelos órgãos governamentais responsáveis pelo exercício do monopólio da exploração e produção de óleo e gás durante os últimos 50 anos e, mais recentemente, pela indústria do petróleo em geral. Em 2008, até novembro, foram armazenados no BDEP 2.057 *terabytes* de dados processados sobre as bacias sedimentares e os recursos, previstos para 2009, permitirão o armazenamento de 2.070 *terabytes* de dados técnicos sobre essas bacias, oriundos de levantamentos realizados pela própria ANP, por concessionárias e empresas autorizadas.

Na gestão dos contratos de concessões para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural é realizado o controle de mais de 800 concessões na plataforma continental e em terra. São monitoradas as atividades das empresas, para cumprimento de programas exploratórios e de produção e a fiscalização dos requisitos de segurança operacional e de preservação do meio ambiente, por meio de convênios com outros entes ou diretamente pela ANP. Em 2009, em decorrência da realização da 10ª Rodada de Licitações, o número de concessões controladas poderá atingir cerca de 850.

Em 2008, a ANP realizou mais de 17 mil ações de fiscalização de agentes econômicos que atuam no setor de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade passou de 2,58%, em 2007, para 2,11%, até novembro de 2008, quando foram analisadas 159.610 amostras de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), das quais, 3.363 foram consideradas não-conformes. Para ampliação do número de fiscalizações, em 2009, será dada continuidade à celebração dos convênios de cooperação técnica, à abertura e à reestruturação de escritórios da ANP nos Estados, bem como o uso de novos recursos tecnológicos. A meta é a realização de 25 mil a 30 mil ações de fiscalização, de modo a coibir práticas lesivas aos consumidores e aos cofres públicos.

A entrada de novos agentes econômicos no complexo mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias *in loco*, são instruídos processos de autorização para entrada no mercado que abrange, atualmente, cerca de 120 mil agentes. Até outubro de 2008, foram outorgadas 8.301 novas autorizações de agentes econômicos. Em 2009, outros 9 mil novos agentes deverão entrar nesse mercado de distribuição de combustíveis e derivados, tais como os postos de gasolina e de revenda de GLP.

As autorizações outorgadas no âmbito da indústria do petróleo possibilitam a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, processamento de gás, gasodutos e produtores de biodiesel. Até novembro de 2008, foram outorgadas 226 autorizações. No tocante ao biodiesel, a capacidade instalada autorizada, até novembro de 2008, foi de 2.657 m³/dia. Em 2009, está prevista a outorga de pelo menos 144 autorizações, resultando na entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo e ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

b.6) Biocombustíveis

Em 2008, houve importantes avanços no setor de biocombustíveis, com a convergência de esforços, investimentos e medidas governamentais de modo a consolidar a posição do Brasil como protagonista nesse crescente mercado. Os derivados da cana-de-açúcar, em especial o etanol, já respondem por 15,9% das fontes de energia primária do Brasil, ocupando a segunda posição, depois do petróleo.

A produção de etanol e de biodiesel evoluiu significativamente e o Governo empenhou-se em parcerias com outros países. Abriu-se ao grande debate do ano, centrado no suposto conflito entre segurança energética e segurança alimentar. A crítica internacional já se mostra convencida de que é possível ao Brasil e também a outros países atenderem a oferta de alimentos e de combustíveis de fontes renováveis desde que prossigam na trajetória de implantar sistemas produtivos sustentáveis sob os aspectos ambiental, social e econômico.

A Conferência Internacional de Biocombustíveis realizada em São Paulo, em novembro de 2008, por iniciativa do Governo, foi um passo decisivo nesse sentido, quando esses temas centrais foram debatidos por representantes de 92 países, 26 organismos internacionais e mais de 3 mil participantes, entre brasileiros e estrangeiros. Ao final da Conferência ficaram claros os desafios, mas igualmente a possibilidade de transformá-los em oportunidades de desenvolvimento pelas vias da sustentabilidade e do engajamento de novos países na produção e no consumo.

A transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas é uma medida fundamental para ampliar as exportações, de forma organizada e sob padrões técnicos, que possibilitem a consolidação do mercado internacional e o ingresso de novos países participantes, propiciando o surgimento de fontes descentralizadas de energia renovável. No âmbito do Mercosul, o Brasil também tem promovido diversas reuniões e encontros visando consolidar dados, informações e políticas públicas, objetivando inserir os biocombustíveis como novo vetor de convergência do Bloco, ampliando as bases de produção e de comercialização com vistas a um mercado global.

Em 2008, foi criada a Petrobras Biocombustível, subsidiária integral da Petrobras, que tem por missão produzir biocombustíveis de forma segura e rentável, com a estruturação de cadeias produtivas agrícolas de suprimento, e sustentabilidade social e ambiental. Um dos objetivos da estatal, no médio prazo, é produzir biocombustíveis de segunda geração. Investimentos deverão ser incrementados para assegurar o desenvolvimento de tecnologias competitivas que utilizem, principalmente, biomassa residual. No caso específico da lignocelulose, a meta é vencer esse desafio até 2015.

b.6.1) Biodiesel

O ano de 2008 marcou o início da mistura obrigatória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo), possibilitado pelas diversas ações empreendidas, a partir de 2006, com o objetivo de estruturar a cadeia de produção e distribuição desse novo combustível, proporcionando ganhos na curva de aprendizado em toda a cadeia produtiva e o equacionamento de dificuldades inerentes ao lançamento de um novo biocombustível num País com as dimensões do Brasil. Esse sucesso permitiu antecipar, para julho de 2008, a mistura B3, a superação da marca de 1,1 bilhão de litros de biodiesel ao longo do ano, e a manutenção de aproximadamente 80 mil famílias de agricultores engajadas na produção de matérias-primas para fabricar biodiesel e outros

co-produtos, como a glicerina e a torta. A geração de empregos no Nordeste e no semi-árido será reforçada com a atuação da Petrobras Biocombustíveis nessas regiões que, em 2008, inaugurou plantas de biodiesel em Quixadá (CE) e Candeias (BA), prevendo-se outra para o início de 2009 em Montes Claros (MG).

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 1 bilhão, em 2008, com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel, no primeiro semestre, e de 3%, a partir de julho de 2008. Também merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva gerando e multiplicando renda e emprego tanto na fase agrícola quanto nos mercados de insumos e serviços e nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel.

O Brasil já dispõe de uma capacidade instalada de produção da ordem de 3,6 bilhões de litros de biodiesel por ano e 49 usinas em operação comercial. Mesmo considerada modesta para o potencial brasileiro, a produção e comercialização de 2008 superou a marca de 1,1 bilhão de litros, praticamente o triplo da verificada em 2007, o que inseriu o Brasil, num espaço de quatro anos, no rol dos principais produtores e consumidores mundiais de biodiesel, atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos da América.

O diferencial brasileiro é que essa posição vem sendo mantida com inclusão social e redução de disparidades regionais, em virtude do modelo tributário em vigor que, associado ao Selo Combustível Social, concede benefícios fiscais para empresas que comprovadamente gerem emprego na agricultura familiar, forneçam assistência técnica aos agricultores familiares e garantam a compra de sua produção, e da política de leilões públicos para aquisição de biodiesel preferencialmente dos produtores detentores do referido Selo, que ao final de 2008, representaram mais de 90% da capacidade total instalada para produção de biodiesel. A demanda de biodiesel para a mistura B3, em 2009, é estimada em 1.260 milhões de litros, sendo que o volume necessário para o primeiro trimestre de 2009, 330 milhões de litros, já está garantido com os leilões públicos de compra realizados em novembro de 2008. Estão previstos neste exercício, também, certames para formar estoques de segurança.

Como medidas de apoio ao consumidor destacam-se a contínua vigilância do Governo para a garantia da qualidade do biodiesel, e os programas de testes veiculares e de motores feitos em parceria com os fabricantes e institutos de pesquisa, objetivando assegurar a manutenção das garantias aos veículos que rodam com a mistura legalmente obrigatória. Os testes com o B5 estão praticamente concluídos e já foram iniciados testes para misturas superiores, abrindo possibilidades técnicas para se antecipar a obrigatoriedade do B5 para antes de 2013, prazo estabelecido pela Lei nº 11.097, de 2005. Todavia, a intenção do Governo é antecipar metas de forma gradual, por meio de decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Essa antecipação condiciona-se à garantia de abastecimento, que, por sua vez, depende da capacidade produtiva e do desempenho das usinas, da disponibilidade e dos custos de matérias-primas e da evolução da logística de mistura e distribuição.

O primeiro ano da obrigatoriedade do biodiesel adicionado ao óleo diesel deixa como saldo a superação do desafio de disponibilizar a mistura legalmente obrigatória nos cerca de 35 mil postos de revenda espalhados pelo País. Novos desafios colocam-se para 2009, como a contínua adequação da infra-estrutura logística à complexidade da distribuição em algumas regiões e a diversificação da oferta de oleaginosas e de matérias-primas para o biodiesel no intuito de evitar os efeitos da volatilidade dos preços de algumas *commodities* agrícolas sobre o consumidor final. Com esse propósito, vêm sendo alocados recursos públicos em pesquisa e experimentação para se ampliar as oleaginosas aptas à produção competitiva de biodiesel, a exemplo de projetos em desenvolvimento pela Embrapa Agroenergia com o pinhão-manso (*Jatropha Curcas L.*) e outras

espécies vegetais. Também requerem estudos o uso de microalgas como matéria-prima para produzir biocombustíveis e a implementação de um subprograma de aproveitamento de óleos e gorduras residuais para o biodiesel, com efeitos benéficos sobre o meio ambiente, a saúde pública e a inclusão social urbana.

b.6.2) Etanol

Atualmente, o setor sucroenergético nacional conta com 417 usinas em operação. Em 2008, a produção de etanol situou-se ao redor de 26 bilhões de litros, superando em 15,5% a do ano anterior (22,5 bilhões de litros). Na exportação, o desempenho foi ainda mais expressivo, passando de 3,5 para 5,2 bilhões de litros entre 2007 e 2008, com crescimento de 48,5% e receita cambial de US\$ 2,5 bilhões, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Esses números asseguram ao Brasil a posição de maior exportador e segundo maior produtor mundial de etanol. As estimativas para 2009 mostram um setor em expansão, sustentado pelo crescimento de 11,4% na colheita da cana-de-açúcar da safra 2008/2009 em relação à anterior. Estima-se que essa colheita proporcione um aumento de 4,8% na produção de açúcar e de 16% na de etanol.

O mercado interno tem sido responsável por absorver a maior parte da produção de etanol nos últimos anos. Atualmente, a demanda interna anual de etanol combustível é da ordem de 20 bilhões de litros e seu consumo supera o da gasolina. Esse número tende a crescer quando se comparam os benefícios econômicos desse combustível em relação ao seu concorrente derivado de petróleo. A economia é diretamente sentida pelo consumidor. Embora seu preço flutue entre os períodos de safra e entressafra da cana-de-açúcar, o etanol hidratado vem se mantendo competitivo (preço inferior a 70% do preço da gasolina) nos principais centros consumidores do País e deverá ser o principal fator de expansão do setor, com uma produção estimada em 17,2 bilhões de litros na safra 2008/2009, representando aumento de 20% sobre a produção da safra passada. O principal fator de crescimento do etanol hidratado está associado ao sucesso do veículo bicombustível (*flex fuel*). Desde seu lançamento, em março de 2003, já foram comercializadas mais de 7 milhões de unidades. Em 2008, o licenciamento de veículos que usam indistintamente gasolina e etanol hidratado representou quase 90% das vendas de veículos leves, cuja frota em circulação já alcança cerca de 25% do total.

As perspectivas de expansão do mercado externo para o etanol são também favoráveis e sua realização depende de avanços na transformação desse biocombustível em *commodity* energética, tema que vem sendo tratado pelo Governo de forma cuidadosa e continuada em fóruns internacionais, em parceria com a iniciativa privada. Outro fator importante para a abertura de novos mercados externos é a formação de parcerias entre a Petrobras Biocombustível, produtores nacionais de etanol e empresas internacionais dentro do mecanismo denominado Complexos Bioenergéticos (CBios), nos moldes da parceria firmada, em 2008, com uma empresa japonesa e outra brasileira para implementar um projeto de produção e exportação anuais de 200 milhões de litros de etanol, contribuindo para a meta de exportação de 4,75 bilhões de litros em 2012 dos CBios. Os investimentos em logística adequada, especialmente em alcoolduto, e a viabilização econômica do etanol de segunda geração são fatores que também contribuirão para preços mais competitivos na exportação de etanol.

Em 2008, foi fortalecida a dimensão social do desenvolvimento sustentável do etanol brasileiro, com a instalação de uma mesa de diálogo de âmbito nacional, formada por representantes do Governo e do setor sucroalcooleiro com o objetivo de encaminhar soluções quanto às condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, além da discussão sobre os impactos no emprego decorrentes da crescente mecanização da colheita da cana.

c) Geologia e Recursos Minerais

Desde 2007, houve significativo avanço no conhecimento geológico do território nacional. Até o final de 2008, foram investidos mais de R\$ 200 milhões em levantamentos aerogeofísicos, geológicos e hidrogeológicos, que visam à atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e o melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Esses levantamentos estão sendo realizados nos Estados, sob a coordenação do Serviço Geológico do Brasil, com a participação de órgãos estaduais e universidades.

Iniciado em 2008, o subprojeto Cartografia Geológica da Amazônia, com orçamento total de R\$ 177 milhões, cobrirá, em etapas sucessivas, até 2012, todas as áreas de maior potencial mineral da região. No campo de desenvolvimento tecnológico da indústria mineral, o Governo investirá, em 2009, mais R\$ 4 milhões, firmando convênios com institutos de pesquisa e universidades e induzindo a participação efetiva do setor privado, com alocação de recursos adicionais nos projetos.

Na área da gestão pública, as ações de modernização tecnológica e recomposição da estrutura física e de pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já surtem efeitos positivos nos resultados das atividades relativas às outorgas de títulos, fiscalização e fomento das atividades minerárias, que foram significativamente ampliadas em virtude do elevado aquecimento do setor mineral brasileiro. Um importante marco no setor constitui a implementação da Agenda 21 Local Mineral a partir da realização de eventos em vários Municípios (Congonhas e Jeceaba, em Minas Gerais; Vale do Ribeira, em São Paulo, e em 10 Municípios no noroeste do Espírito Santo). Prevê-se, em 2009, a expansão dessas ações às demais regiões do País e seus principais distritos minerais e a realização, em março, do I Seminário Nacional sobre o tema.

Em relação ao desenvolvimento sustentável dos pequenos empreendimentos de produção mineral, será dada continuidade às ações dos programas nacionais de cooperativismo na mineração, de formalização da produção mineral, estruturação de arranjos produtivos locais de base mineral e consolidação do programa nacional de extensionismo mineral. Incorporaram-se também às políticas de apoio aos pequenos empreendimentos minerais projetos relacionados à produção de areia, brita e argila para cerâmica vermelha voltada à fabricação de tijolos e telhas, matérias-primas essenciais às obras de infra-estrutura e moradia. Em 2008, foram realizados 18 cursos de capacitação para o setor oleiro cerâmico.

Em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Agregados Minerais para Construção Civil (PNACC) e o 1º projeto resultante das ações propostas pelo Plano: a elaboração do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Atlas dos Agregados Minerais Para a Construção Civil. Outro tema discutido pelo setor no último ano foi a revisão do sistema *royalties*/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem) e a política de tributação como instrumentos indutor do desenvolvimento nas regiões mineradoras. Em 2009, prevê-se a conclusão da elaboração da proposta de novo marco legal da mineração, com importante etapa de discussão pública previamente ao envio do texto ao Congresso Nacional. Está prevista ainda, neste exercício, a elaboração do Plano Duodecenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (2009-2029), cujos estudos estão em fase final de contratação. A elaboração desse plano significa a retomada do planejamento setorial de longo prazo, tendo em vista que o plano para o setor foi elaborado há 14 anos.

2. Transportes

A modernização e ampliação da infra-estrutura econômica é requisito essencial para a sustentação de um ciclo de desenvolvimento, pois uma base física e de serviços de infra-estrutura recuperados e ampliados contribui sobremaneira para eliminar os obstáculos ao crescimento e ao aumento da competitividade da economia brasileira, criando condições para o desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A atuação do Governo no setor de transportes tem dado prioridade para a identificação adequada de projetos prioritários e a recuperação progressiva da capacidade de investimento público. Nesse sentido, ressalta-se, além do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), elaborado em 2007, o PAC, no qual o setor se destaca sobremaneira, tanto pelo volume de recursos aportados, quanto pela importância que a conclusão das obras terá para: i) o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas; ii) a indução do desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral; iii) a redução das desigualdades regionais em áreas deprimidas; e, iv) a integração da Região Sul-Americana.

Considerando-se a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento socioeconômico acelerado do interior do Brasil – os quais têm contribuído para aumentar a demanda por transporte –, o Governo vem dando ênfase a ações e a projetos de conservação e restauração de rodovias, buscando paulatinamente o incremento de contratos de longo prazo, e aferidos por resultado em detrimento de contratos paliativos e de curta duração, bem como a relevantes obras de construção, adequação e ampliação da capacidade de rodovias, como o Rodoanel de São Paulo, o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, a BR-163/PA, BR-364/AC e a BR-101 Sul e Nordeste.

O programa de concessões de rodovias federais, por sua vez, tem permitido ao Governo cuidar de um maior número de rodovias, por meio de leilões que busquem volume maior de investimentos e tarifas de pedágios reduzidas. São exemplos, as concessões das BR-381/MG/SP entre Belo Horizonte e São Paulo; BR-116/SP/PR entre São Paulo e Curitiba; e BR-101/RJ entre a Div. RJ/ES a Niterói.

No modal ferroviário, o objetivo é o de interligação de áreas de produção agrícola e de exploração mineral do interior do País com os pontos de exportação de mercadorias (os portos), bem como, a modernização da malha ferroviária e a eliminação de gargalos. Destaca-se a implantação de ferrovias fundamentais do ponto de vista do desenvolvimento regional e escoamento de produção, como as Ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Bahia-Oeste. Complementarmente, ressalte-se a adequação de ramais nos perímetros urbanos e construção de passagens sobre as linhas férreas, além da construção de contornos ferroviários, obras que produzirão impacto positivo na vida das comunidades, proporcionando a redução dos riscos de acidentes e o aumento do desempenho operacional dos trens.

Vale ressaltar ainda os estudos envolvendo a construção do primeiro Trem de Alta Velocidade (TAV) do País, que ligará os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O TAV representará alternativa ao transporte aéreo de passageiros no eixo Rio-São Paulo, e proporcionará estímulo ao desenvolvimento dos centros urbanos que ocupam a região do Vale do Paraíba.

a) Transporte Rodoviário

No ano de 2008, os empreendimentos rodoviários realizados tiveram foco prioritário na continuidade das ações de adequação

e construção de rodovias, principalmente daquelas estratégicas para o escoamento da safra, ampliação da fronteira agrícola e integração nacional.

a.1) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Em termos de investimentos rodoviários, destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte

- BR-156/AP – pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, incluindo construção da ponte internacional (378 m) sobre o rio Oiapoque e 1.900 metros de acessos: em andamento o trecho entre Igarapé do Breu e Calçoene (85 km) e em fase de conclusão, o projeto executivo do restante do trecho (168 km); quanto à ponte internacional, objeto de Acordo Bilateral entre o Brasil e a França, foi concluído o projeto básico e a obra tem previsão de conclusão para setembro de 2010;
- BR-163-PA/MT – pavimentação entre Garantã do Norte e Santarém (1.000 km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho 1 – Santarém – Rurópolis (125 km), obra a cargo do Exército (8º BEC): em andamento do km 914 até o km 893 (21 Km) e em fase de ação preparatória do km 893 até o km 789 (Rurópolis);
 - ==> Trecho 2 – Rurópolis – Div. MT/PA (822 Km) e Acesso a Miritituba – BR-230/PA (33 km): projeto executivo em andamento da Div. MT/PA no km 0,0 ao km 103; construção do km 103 ao km 355, trecho em licitação (252 km); do km 355 ao km 676, projeto executivo em revisão; obra contratada a cargo da EIT (113 km) do km 676 ao km 789; e obra do acesso a Miritituba em andamento, a cargo do Exército (9º BEC);
 - ==> Trecho 3 – Garantã do Norte/MT – Div. MT/PA e Travessia Urbana de Garantã (53 Km): obra em andamento, com 50 km a cargo do Exército (9º BEC) e 3 km a cargo da Prefeitura Municipal de Garantã do Norte/MT;
- BR-230/PA – pavimentação (834 km) da Divisa TO/PA – Marabá – Altamira – Medicilândia – Rurópolis: projeto executivo concluído de Marabá a Altamira (505 km); obras em andamento de Altamira a Medicilândia (84 km); e projeto executivo em andamento de Medicilândia a Rurópolis (235 km); e
- BR-364/AC – construção e pavimentação de 339 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul: entre Sena Madureira a Tarauacá (225 km), obra em andamento; concluído em 2008, o trecho entre Tarauacá e Rio Liberdade (124 km).

Como perspectivas para 2009, especificamente na BR-163/PA, vários trechos já licitados entre Campo Verde e Rurópolis devem ser iniciados. Além disso, há previsão de conclusão dos trechos entre os km 873 e 893 e km 893 ao 914. Ainda na região Norte, a construção da Ponte sobre o Rio Madeira na BR-319/RO (996 metros) está em fase de licitação, com início das obras previsto para abril de 2009.

Região Nordeste

- BR-101/NE – Natal/RN – Feira de Santana/BA (1024 Km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho RN – duplicação e modernização de Natal – Div. RN/PB (81 km), obra em andamento: de Natal a Arêz (46 km), a

cargo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) e Exército (1º BEC); de Arêz a Div. RN/PB (35 km), a cargo do consórcio de construtoras contratadas;

==> Trecho PB – duplicação e modernização – Div. RN/PB – Div. PB/PE (129 km), obra em andamento: da Div. RN/PB a Mananguape (40 km), a cargo do DNIT e Exército; de Mananguape a Lucena (34 km), a cargo do DNIT e Exército; de Lucena a Div. PB/PE (55 km), a cargo do Exército (2º BEC);

==> Trecho PE – duplicação e modernização – Div. PB/PE – Palmares – Div. PE/AL (195 km): obra em andamento da Div. PB/PE a Iguarassu (41 km) a cargo do Exército (3º e 4º BEC); de Iguarassu a Cabo (67 km), parte do trecho encontra-se em ação preparatória (22 km), o contorno do Recife (41 km) encontra-se em licitação, e parte está concluída (4 km); obra em andamento de Cabo a Ribeirão (44 km), a cargo de consórcio de construtoras contratadas; obra em andamento de Ribeirão a Palmares (40 km), a cargo de consórcio de construtoras contratadas; e obra em ação preparatória de Palmares a Div. PE/AL (25 km);

==> Trecho AL – duplicação e modernização – Div. PE/AL – Div. AL/SE (247 km): projeto executivo em andamento, da Div. PE/AL a São Miguel dos Campos (131 km) e de São Miguel dos Campos a Div. AL/SE (116 km);

==> Trecho SE – duplicação e modernização – Div. AL/SE – Div. SE/BA (206 km): projeto executivo em elaboração da Div. AL/SE a Pedra Branca (78 km); obra em andamento do Contorno de Aracaju (14 km) de Pedra Branca até Entr. BR-235 (pista dupla); obra em fase de ação preparatória do Entr. BR-235 até Estância (61 km); obra em andamento (53 km) de Estância a Div. SE/BA, a cargo de construtoras contratadas;

==> Trecho BA – duplicação e modernização Div. SE/BA – Feira de Santana (Ent. BR 324) (166 km): obra com projeto executivo e ação preparatória em andamento;

• BR-116/BA – construção da ponte sobre o rio São Francisco na Divisa PE/BA – Ibó: obra da ponte (980 m) em andamento a cargo do DNIT e do Exército (4º BEC);

• BR-135/PI/BA/MG, compreendendo os seguintes trechos:

==> Trecho PI – pavimentação Jurumenha – Bertolinea – Eliseu Martins (134 km): obra em andamento de Jurumenha a Bertolinea (79,3 km); obra em ação preparatória de Bertolinea a Eliseu Martins (54,7 km);

==> Trecho BA – construção da Div. PI/BA e Div. PI/MG (244 km): Obra da Div. PI/BA a Monte Alegre (45 km) concluída em setembro de 2008; obra em andamento a cargo do Exército (4º BEC), de São Desidério (km 207) a Correntina (km 345); obra em ação preparatória (111 km) de Correntina a Div. BA/MG;

==> Trecho MG – pavimentação Div. BA/MG – Itacarambi (137 km): obra em ação preparatória e projeto executivo em andamento; e

• BR-230/PB – duplicação entre João Pessoa e Campina Grande (112 km): obra em andamento (46 km) do km 71 ao km 117, a cargo do Governo do Estado (DER/PB).

Para 2009, existe a expectativa de conclusão das obras na BR-230/PB; da Ponte na BR-116/BA; de trechos da BR-135 nos Estados do Piauí e Bahia; além de vários trechos da BR-101 Nordeste nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Também haverá início de duplicação da BR-101 nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

Região Sudeste

• BR-040/MG – duplicação trevo de Curvelo – Sete Lagoas (48 km): obra em andamento;

- BR-050/MG – duplicação Uberaba–Uberlândia–Araguari (135 km): obra em fase de ação preparatória (35 km) de Araguari a Uberlândia; obra concluída (100 km) de Uberlândia a Uberaba;
- BR-101/ES – adequação (182 km) – Vitória – Divisa ES/RJ (incluindo Contorno de Vitória): em fase de ação preparatória do km 302,3 – Divisa ES/RJ (156 km); e no Contorno de Vitória, com extensão de 25,5 km, obras em andamento do km 268,8 ao km 288,1 (Carapina) e em ação preparatória do km 288,1 ao 294,3;
- BR-153/MG – duplicação da Div. GO/MG – Entroncamento BR-153 – Trevão (58 km): obra em fase de conclusão;
- BR-158 – SP/MS – construção da Ponte Paulicéia/SP – Brasilândia/MS (1.700 m): obra em andamento a cargo do Governo de São Paulo (CESP);
- BR-262/MG – duplicação de Betim a Nova Serrana (83,1 km): emitida Ordem de Serviço em dezembro de 2008;
- BR-265/MG – pavimentação Ilicínea – São Sebastião do Paraíso (140 km): obra em fase de ação preparatória (48 km) de Ilicínea ao Entr. MG-184; obra em andamento (57 km) de Alpinópolis a Jacuí; obra concluída (35 km) de Jacuí a São Sebastião do Paraíso;
- BR-365/MG – duplicação Trevão Entr. BR 153 – Uberlândia (95 km): obra em andamento (18 km) do km 619 – Travessia urbana de Uberlândia ao km 637; e obra em ação preparatória (77 km) do Km 637 ao km 714;
- Rodoanel de São Paulo/SP – Trecho Sul: obra em andamento da construção (61,5 km) de Mauá a Embú, a cargo do Governo de São Paulo (DERSA); e
- Arco Rodoviário do Rio de Janeiro (129 km), incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí: no trecho da BR-101, com 29 km de extensão, obra em andamento de Santa Cruz a Mangaratiba (26 km) e em fase de ação preparatória o acesso ao Porto de Itaguaí (3 km).

Para 2009, especificamente em relação ao Estado de Minas Gerais, destaca-se a duplicação da BR-262 no trecho entre Betim (região Metropolitana) e Nova Serrana e da BR-365 entre Uberlândia e o ponto conhecido como Trevão, no entroncamento com a BR-153.

Região Sul

- BR-101-SUL (SC/RS) – Duplicação Palhoça – Div. SC - Osório/RS (337,5 km), compreendendo os seguintes trechos:
 - ==> Trecho Santa Catarina – de Palhoça/SC a Div. SC/RS (249 km): obra em andamento do Túnel do Morro do Formigão em Tubarão, da Ponte sobre a Lagoa de Imaruú em Laguna, e do Túnel do Morro dos Cavalos;
 - ==> Trecho Rio Grande do Sul – da Div. SC/RS a Osório/RS (88,5 km): obra em andamento (72,1 km) da Div. SC/RS até Aguapés, inclusive o Túnel do Morro Alto; obra concluída de Aguapés até Osório (16,4 km);

- BR-153/PR – construção e pavimentação de 84 km entre Ventania – Alto do Amparo: obra em fase de conclusão;
- BR-158/RS – construção e pavimentação de 68 km de Santa Maria a Rosário do Sul – obra concluída em 2008;
- BR-282/SC – construção e pavimentação – Lages – Campos Novos – São Miguel do Oeste – Paraíso (133 km), a cargo do Exército (10º BEC): obra em andamento de Lages – São José do Cerrito (32 km); São José do Cerrito a Campos Novos (71 km) e São Miguel do Oeste – Paraíso (30 km);
- BR-392/RS – duplicação Pelotas – Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas (85 km): em licitação o projeto executivo da Ponte (994m) sobre o Canal de São Gonçalo (km 59) e as obras do trecho entre Pelotas a Rio Grande (52 km); e em fase de ação preparatória, o Contorno de Pelotas (24 km) e obra do acesso ao Porto de Rio Grande (8 km); e
- BR-470/SC – Duplicação de 62 km no trecho Navegantes – Blumenau – Entr. Acesso a Timbó: obra em fase de licitação.

Para 2009, destaca-se principalmente a conclusão das obras da BR-153/PR (Transbrasiliana), da BR-282/SC e da adequação do Contorno Leste de Curitiba.

Região Centro-Oeste

- BR-060-DF/GO – trecho DF – duplicação e restauração Brasília – Div. DF/GO (31,5 km): obra em andamento dos viadutos e obras complementares a cargo do Governo do DF (DER);
- BR-070/GO – duplicação Div. DF/GO – Águas Lindas (17 km): obra em andamento;
- BR-153/GO – adequação de capacidade – Aparecida de Goiânia e Itumbiara (187 km): 165,3 km já concluídos, restando obra em andamento em 21,7 km;
- BR-158/MT – construção e pavimentação – Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (418 km): obra em licitação no trecho Div. PA/MT – km 213, em fase preparatória do km 213 ao Aló Brasil; e em andamento a cargo do governo do Estado (SINFRA) de Aló Brasil a Ribeirão Cascalheira (km 418);
- BR-163/364/MT – duplicação Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil (385 km): obra em ação preparatória (92,5 km) de Rondonópolis ao km 343; em andamento (17 km) do km 343 até o 360, a cargo do Governo do Estado (SINFRA); e em fase de ação preparatória do km 360 ao 452,5 e do km 452,5 ao 635,5; e
- BR-364/MT – construção e pavimentação – Diamantino – Itanorte (185 km): obra concluída entre Diamantino e Campos Novos dos Parecís (62 km), em andamento (44 km) de Campos Novos dos Parecís até o km 720 e em fase de ação preparatória (79 km) do km 720 até Itanorte.

Para 2009, as perspectivas são de conclusão das obras na BR-060-DF/GO – Trecho DF e do trecho da BR-163/MT, entre Guarantã do Norte e a divisa com o Pará (54 quilômetros).

a.2) Concessões Rodoviárias

Na área de concessões rodoviárias, em 2008, foram celebrados os contratos provenientes do leilão das outorgas de trechos da 2ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais (PCRF), ocorrido em 9 de outubro de 2007, na Bovespa. Ao todo, 2.600,8 km de rodovias federais foram concedidos para a exploração da iniciativa privada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Ainda em 2008, foi dada continuidade às ações de fiscalização e regulação das rodovias já concedidas, como também, iniciada a implementação da 1ª fase da 3ª Etapa do PCRF com a elaboração dos estudos de viabilidade técnica-econômica e realização da respectiva Audiência Pública. Integram essa 1ª fase os seguintes lotes de rodovias federais:

- BR-040: Brasília – Juiz de Fora (936,8 km);
- BR-116: Divisa BA/MG – Divisa MG/RJ (816,7 km); e
- BR-381: Belo Horizonte – Governador Valadares (321,0 km).

Estão programados para o primeiro trimestre de 2009, os respectivos leilões dos lotes da 1ª fase da 3ª Etapa do Programa de Concessões, como também, do lote referente ao sistema rodoviário BR-116/324 no Estado da Bahia, com extensão de 627 km, em conclusão à 2ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais.

a.3) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA)

Os programas PIR-IV e PROCREMA representam uma evolução na concepção de contratação e gerenciamento de serviços de manutenção e conservação rodoviária, uma vez que nos contratos de restauração convencional o prazo de vigência contratual é de apenas um ano e não são contempladas intervenções importantes, como recuperação de passivo ambiental e manutenção de faixa de domínio, além da conservação da própria rodovia.

O PIR-IV tem como premissas básicas a execução continuada, em lotes com extensão média de 200 km, de intervenção de caráter funcional (conserva pesada); a manutenção do pavimento de pistas e acostamentos, da faixa de domínio, da sinalização horizontal; e a recomposição da sinalização vertical.

Já o PROCREMA, criado pelo Governo em 2008, por intermédio do Ministério dos Transportes, além de prever a formalização de contratos de preços globais com prazo de vigência de cinco anos e serviços pagos por meio de índices de desempenho, tem como premissas básicas i) a execução, em lotes com extensão média entre 300 km a 500 km, de intervenções de recuperação funcional e estrutural dos pavimentos; ii) a recuperação da sinalização e drenagem em todo o lote, com prazo máximo de 36 meses para conclusão a partir da ordem de início dos trabalhos; soluções de projeto com vida útil de dez anos; iii) os serviços de manutenção de pista e acostamento e de conservação da faixa de domínio durante toda a vigência do contrato; iv) a recuperação do passivo ambiental; e v) a recuperação e manutenção de obras-de-arte especiais e pequenas adequações (trevos, terceiras faixas).

Considerando a extensão total de 55 mil km de rodovias pavimentadas sob a jurisdição e responsabilidade do DNIT, em 2008, foram contratados 13.773 km por meio do PIR-IV e 900 km pelo PROCREMA. Para o exercício de 2009, as extensões programadas correspondem a 14.695 km no âmbito do PIR-IV e 14.853 km no PROCREMA, representando cerca de 54% da extensão total de rodovias federais pavimentadas.

A partir do ano de 2009, 100% da malha rodoviária atualmente pavimentada estará assistida por meio do PIR-IV, PROCREMA e de contratos de conservação e restauração convencionais. Relativamente ao PROCREMA, que possui a mencionada vigência contratual de cinco anos, cerca de 60% da malha será atendida até o ano de 2010, o que garantirá a continuidade dos serviços de manutenção da malha rodoviária federal.

a.4) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal)

O Programa tem como objetivo melhorar a sinalização da malha, garantindo orientação adequada aos usuários e maior segurança ao trânsito. Em 2008, foram sinalizados 5.503 km, sendo 415 km na região Norte; 1.502 km na região Nordeste; 651 km na região Sudeste; 2.413 km na região Sul; e 522 km na região Centro-Oeste.

a.5) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem

Em 2008, foram contratados os serviços de operação em 78 postos de pesagem, distribuídos estrategicamente nos principais Estados, para a implantação de dispositivo eficiente de controle de cargas para coibir os excessos e garantir a vida útil dos pavimentos.

a.6) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

Desde janeiro de 2007, o Governo vem estudando alternativas de modelagem para licitação do sistema de transporte interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Dessa forma, em 2008, foi criado o Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (ProPass Brasil), que consiste na reestruturação do transporte rodoviário regular interestadual de passageiros, com a definição de uma nova rede de transporte visando buscar a qualidade dos serviços, a modicidade tarifária e o aprimoramento do modelo de gestão e controle. Para tanto, foi aberta a Consulta Pública 01/2008 (período de 13/10/2008 até 5/03/2009), visando colher sugestões para o ProPass Brasil, e estabelecido o cronograma de licitação do Plano Geral de Outorgas, estando prevista a realização de leilão dos serviços em julho de 2009. Complementarmente, visando dotar os terminais rodoviários de condições adequadas de atendimento aos usuários (passageiros e transportadores), será editado, em 2009, um “Caderno de Recomendações” com indicadores técnicos a serem observados pelos Estados e Municípios para a melhoria operacional dos mesmos.

b) Transporte Ferroviário

Durante o ano de 2008, entre as principais intervenções realizadas nos corredores ferroviários, destaca-se a inauguração, em dezembro, do trecho de 94 km da Ferrovia Norte-Sul entre Colinas e Araguaína. Com mais esse trecho, a Ferrovia Norte-Sul conta

com 208 km concluídos somente no Estado do Tocantins e 452 km ao todo, entre as cidades de Açailândia (MA) e Colinas do Tocantins. A inauguração foi marcada pela saída do primeiro carregamento, com 900 toneladas de soja do Tocantins, sobre os trilhos da ferrovia em direção ao Porto de Itaqui. A conclusão das obras da Ferrovia Norte Sul até Palmas tem prazo previsto para dezembro de 2009. Ao todo, serão 720 km de extensão ligando as cidades de Açailândia, no Maranhão, a Palmas, no Tocantins. O trecho ferroviário de Colinas do Tocantins a Palmas, com 264 quilômetros de extensão, estará pronto até o final de 2009, com previsão de investimentos de cerca de R\$ 850 milhões.

Em fase de conclusão encontram-se os projetos executivos do Contorno Ferroviário em Três Lagoas/MS e da Transposição da linha Férrea nos Municípios de Jales/SP, Santa Maria/RS e São José do Rio Preto/SP. Importante mencionar, também, o início da implantação das seguintes obras: Contorno Ferroviário de Campo Belo-MG, Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC, obras de rebaixamento da via férrea de Maringá/PR, Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia em Araraquara/SP e Inter-Modal de cargas em Campo Grande/MS.

Em relação à ferrovia Transnordestina, tiveram continuidade, em 2008, as obras de construção do trecho Salgueiro/Missão Velha e de recuperação do trecho de Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL). A empresa concessionária da malha ferroviária do Nordeste, responsável pela execução do empreendimento, já elaborou os projetos executivos dos demais trechos da ferrovia: Salgueiro/Suape (PE), Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI), Missão Velha/Pecém (CE) e os respectivos estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA). O projeto executivo do trecho Salgueiro/Trindade (PE) já foi concluído pelo DNIT.

Para 2009, está previsto o início de implementação de diversos projetos ferroviários, dentre os quais a própria Nova Transnordestina e a implementação do prolongamento da Ferronorte, no trecho de 262 km entre Alto Araguaia a Rondonópolis, com custo estimado de R\$ 700 milhões. Além disso, dada a autorização para a contratação da Ferrovia Oeste-Leste-Ilhéus, iniciando pelo trecho Ilhéus – Caitité, espera-se o lançamento do edital pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, no primeiro trimestre de 2009, a partir da definição do traçado definitivo, da formação do capital e do valor da subconcessão. O Governo aplicará, também neste exercício, o valor de R\$ 185,8 milhões para a melhoria das condições de segurança das áreas urbanas, onde se encontram os maiores gargalos logísticos das ferrovias, em decorrência dos conflitos do tráfego ferroviário com veículos e pedestres. Esses recursos serão investidos na adequação de ramais ferroviários nos perímetros urbanos e construção de passagens sobre as linhas férreas, além dos contornos.

c) Transporte Hidroviário

No ano de 2008, além da manutenção da malha hidroviária nacional, importantes obras do modal hidroviário avançaram no sentido de sua conclusão, como a construção das Eclusas de Tucuruí (76% de execução física acumulada, sendo 10% executados em 2008) e de 24 novos portos fluviais na região amazônica, ressaltando-se a conclusão de dois deles no referido exercício – Nhamundá e São Sebastião do Uatumã.

Para 2009, está prevista a conclusão dos demais 22 terminais fluviais incluídos no PAC e o início das obras de dragagem e derrocamento nas Hidrovias do Paraguai, Paraná e do Tocantins, além da continuidade das Eclusas de Tucuruí. Serão também iniciadas as construções de mais 15 terminais hidroviários no Estado do Amazonas.

d) Fomento à Indústria Naval

Em 2008, os recursos disponibilizados propiciaram a construção de 2 (dois) estaleiros e 90 (noventa) embarcações, das quais 53 (cinquenta e três) foram entregues no decorrer de 2008, totalizando investimentos na ordem de R\$ 2,1 bilhões. Também foram assinados 72 novos contratos de construção, consequência de prioridades pretéritas, representando investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão, entre estas: 8 embarcações para apoio portuário; 9 embarcações para apoio marítimo; 7 embarcações para serviços portuários; 6 navios para a cabotagem; 41 embarcações fluviais e 1 embarcação pesqueira.

Em 2008, 424 projetos foram priorizados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Destes, 219 estão em análise pelos Agentes Financeiros e representam investimento total de R\$ 15,5 bilhões. Os demais 205 projetos já estão contratados implicando num investimento total de R\$ 11,3 bilhões. Em média, 90% dos valores serão financiados com recursos do FMM.

No mês de março de 2008, foi implantada a interligação do Sistema Eletrônico de Arrecadação do AFRMM, o MERCANTE, com o SISCOMEX – Carga, da Receita Federal do Brasil. As medidas adotadas são responsáveis pela arrecadação recorde do tributo, que atingiu no exercício o montante de R\$ 2,3 bilhões, sendo 64% superior à verificada no ano de 2007 e 158% superior à de 2006.

A reativação da indústria de construção e reparação naval tem resultado em efeitos positivos para inúmeros segmentos da economia brasileira. O setor utiliza mão-de-obra de forma intensiva e a cada emprego direto gerado outros 3 indiretos são criados. No ano de 2007, foram contabilizados 28.500 empregos diretos e indiretos gerados. Em 2008 este indicador chegou a 32 mil empregos diretos e indiretos.

e) Infra-estrutura Portuária

Na área portuária, refletindo o objetivo do Governo de priorização do setor, foram executadas diversas ações, em 2008, voltadas à ampliação da infra-estrutura existente. São exemplos dessas ações as seguintes obras, que estão incluídas no PAC:

- re potencialização do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN, concluída em abril/2008;
- ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande/RS (meta de prolongamento dos molhes leste em 370 metros e oeste em 700 metros), estando 70,5% das obras já realizadas, sendo 45,5% em 2008;
- dragagem de Aprofundamento dos Canais de Acesso e Bacias de Evolução do Porto de Itaguaí/RJ (meta de aprofundamento do canal de acesso para 20 metros), com 70% realizados em 2008; e
- implantação da Avenida Perimetral na Margem Direita no Porto de Santos/SP, que visa propiciar a melhoria do tráfego portuário nos acessos terrestres ao Porto de Santos, com 50% de realização, sendo 26,6% realizados em 2008.

Ressalta-se, também, o programa nacional de dragagem, que priorizou 16 portos a serem beneficiados com o aprofundamento dos canais de acesso aos terminais, capacitando-os a receber navios de maior porte, aumentando a competitividade e a capacidade de movimentação de cargas. Dentre os portos selecionados, alguns já se encontram em processo de licitação: Recife/PE, Santos/SP e Rio Grande/RS. Ao longo do primeiro semestre de 2009, serão publicados os editais de licitação de todos os portos incluídos no programa.

Ainda em 2008, com relação à área de proteção e de meio ambiente, deu-se continuidade às ações de controle de Influenza Aviária propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dentre essas ações, podem ser destacados o Plano de Contingência Específico para a preparação à Pandemia de Influenza Aviária em Portos, além do início do desenvolvimento do sistema computacional de acompanhamento de casos suspeitos de gripe aviária, com a finalidade de registrar o acompanhamento das ocorrências de casos suspeitos nos portos, o que permitirá o gerenciamento automatizado e integrado das ações previstas no referido Plano.

Com relação às iniciativas para definição da política do sistema portuário brasileiro, foi publicado o Decreto nº 6.620, em outubro de 2008, que definiu as políticas e as diretrizes para desenvolvimento e fomento do setor e disciplinou a concessão, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas. Nessa diretriz, importante destacar, para o exercício de 2009, a elaboração, em atendimento às disposições do referido decreto, do Plano Geral de Outorgas para exploração de portos públicos e terminais de uso privativo, bem como o desenvolvimento de estudos com vistas à definição da modelagem a ser observada na licitação da concessão de portos públicos.

Por sua vez, o Plano Diretor Portuário, com o objetivo de realizar o planejamento e o ordenamento dos investimentos nos portos brasileiros num horizonte de 10 anos, para atendimento das demandas e a custos economicamente compatíveis, foi substituído pela concepção do Plano Nacional Estratégico (PNE), a ser executado a partir de 2009. O PNE tem por objetivo a elaboração de estudos que irão demonstrar as possibilidades de expansão de 29 portos marítimos em horizontes de curto, médio e longo prazos. O plano contemplará o desenvolvimento de ações considerando os aspectos físicos, econômicos e logísticos, além de definir as políticas setoriais para o arrendamento e ocupação nas áreas dos portos organizados.

Para 2009, prevê-se também, no âmbito do PAC, a conclusão de diversos empreendimentos que irão contribuir para a melhoria da infra-estrutura portuária, proporcionando condições operacionais adequadas para a realização da movimentação de carga, aumentando a capacidade operacional portuária e solucionando os problemas logísticos e de segurança da navegação. Como exemplo, além das obras em andamento já citadas, destacam-se a construção da Rampa Roll-On Roll-Off no Porto de Vila do Conde/PA; as obras de Reforço do Berço 101 e a Recuperação do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul/SC e dragagens de Itaguaí/RJ e Itaqui/MA; além das obras de dragagens por resultados nos Portos de Aratu/BA, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE e Natal/RN.

Ademais, com a finalidade de integrar todos os órgãos e agentes envolvidos nas rotinas de autorização de movimentação de cargas nos portos, será implantado o projeto “Porto sem Papel”, projeto que pretende criar um documento virtual único para processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias a esses agentes, conferindo celeridade às operações e reduzindo os custos operacionais nas atividades de exportação e importação de mercadorias. Além dessas medidas, o Governo dará continuidade ao aprimoramento dos mecanismos de gestão, planejamento e promoção da expansão das áreas portuárias.

3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) foi submetida à Consulta Pública, via Internet, entre os dias 29 de maio e 17 de junho de 2008, além da realização de discussão desse assunto com especialistas, sindicatos, associações, instituições de ensino e

órgãos governamentais da aviação civil. Em 2 de julho de 2008, foi apresentada ao Conselho de Aviação Civil (CONAC) a versão final da PNAAC, que recebeu a aprovação de todos os membros do Conselho. A Política também foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em reunião realizada em julho de 2008, estando prevista sua aprovação em 2009.

Nas duas reuniões realizadas pelo CONAC, em 2008, foram deliberadas sete resoluções traçando novas diretrizes para o setor de aviação civil. Destaca-se a Resolução nº 007/2008, que trata da aprovação do instituto de outorga de serviços aéreos. Tal proposta foi formulada com base em estudos realizados pelo Governo, por intermédio do Ministério da Defesa.

A respeito do transporte aéreo internacional, o Governo debateu a implementação das diretrizes referentes ao transporte aéreo brasileiro no mercado internacional, com vistas à maior flexibilização de rotas e frequências, gerando maior eficiência e qualidade no atendimento aos usuários do transporte aéreo. Destaca-se com relação aos Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA), a ampliação do acordo entre Brasil e Estados Unidos, que permitiu aumentar em até 50% o número de vôos entre os dois países. Registra-se, também, a ampliação do Acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos, ao qual foram adicionadas oito frequências mistas, e em 2009 serão implementadas oito novas frequências. Já o Acordo firmado entre Brasil e África do Sul, realizado em agosto de 2008, viabilizou o acesso das empresas brasileiras ao mercado asiático, e em contrapartida, o Brasil comprometeu-se a conceder àquele país um aumento de quatorze frequências mistas, a serem implementadas em fases.

Em consonância com as deliberações do CONAC, o Ministério da Defesa coordenou o processo de revisão e atualização do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), em conjunto com a ANAC. A minuta revisada e atualizada foi apresentada na reunião do CONAC, em dezembro de 2008, e será objeto de discussão pelo referido Conselho no primeiro semestre de 2009.

A melhoria dos serviços aeroportuários pode ser verificada por alguns indicadores. Dentre eles, o percentual médio de vôos com atrasos acima de 30 minutos, na aviação geral, que passou dos 27% do último trimestre de 2007, para menos de 15% no segundo semestre de 2008. O índice de cancelamento de vôos recuou de 5,8% no último trimestre do ano de 2007 para 2,8% no mesmo período de 2008. Foram realizadas fiscalizações extraordinárias, tais como as operações “Carnaval” e “Hora Certa”, para identificar e corrigir problemas entre as principais companhias aéreas. Cerca de 10,6 mil processos administrativos gerados por fiscalizações e reclamações de passageiros contra empresas aéreas e serviços regulados pela ANAC foram analisados em 2008 e, destes, 3,4 mil resultaram em multas. Há que se registrar a notificação feita por essa agência a empresas aéreas devido a atraso ocorridos por problemas operacionais no final de 2008.

O número de acidentes da aviação geral apresentou, em 2008, queda de 18% em relação ao ano anterior, com a atuação governamental, por meio da ANAC, na área de segurança operacional da aviação civil, exigindo as necessárias adequações às normas de segurança em 175 aeródromos de todas as regiões e a proibição de vôos de aeronaves sem o Traffic Collision Avoidance System II (TCAS II) - equipamento anticolidão obrigatório em aviões com mais de dezenove lugares ou peso acima de 5,7 toneladas.

Na regulação da aviação nacional, a agência reguladora atuou com o objetivo de estimular a concorrência entre as empresas aéreas, por meio de nova regra de distribuição de *slots* (autorizações de pouso e decolagem). Nova resolução, que entrará em vigor em 2009, estabelecerá critérios mais rigorosos de desempenho para que, a cada dois anos, mais companhias aéreas operem em aeroportos com capacidade saturada, como o de Congonhas, criando novas opções para os consumidores.

No segmento de transporte aéreo internacional houve liberação do preço das tarifas para a América do Sul, bem assim foi realizada uma consulta pública para que as passagens aéreas para a Europa e EUA tenham seus preços liberados, em 2009. Outra consulta foi realizada para ampliação do quadro de rotas, com direitos de tráfego, em pontos além dos EUA e África do Sul, com o propósito de desbloquear o acesso das operadoras brasileiras às rotas para o Oriente.

Nas atividades de regulação, também merecem destaques a diminuição do tempo médio de resposta nos processos de emissão de licenças para tripulantes da aviação civil de trinta para cinco dias; a criação do Programa Decolagem Certa, um sistema de controle eletrônico *on-line* e em tempo real de todos os vôos da aviação geral; e a concessão do Certificado de Homologação de Tipo da Aeronave EMB-500, o que permitirá a certificação em outros países e exportação da aeronave produzida pela indústria brasileira.

Para atender à demanda de mão-de-obra qualificada do setor destacam-se as seguintes iniciativas: lançamento, em 2008, em parceria com o Estado de Minas Gerais, de um Pólo de Aviação Civil com o objetivo de ampliar a oferta de bolsas de estudos e estágios aos estudantes em empresas de transporte aéreo e de manutenção, além de incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à aviação por parte de universidades; e a operação, em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul, do Programa de Formação de Pilotos, que disponibiliza bolsas de estudos para cursos de formação de pilotos privados e pilotos comerciais para cerca de 130 jovens de nove Estados e do Distrito Federal.

Em 2008, verificou-se o crescimento do movimento de passageiros registrado nos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), que chegou a aproximadamente 117,5 milhões (crescimento de 6,4% em relação a 2007). Em 2009, estima-se a manutenção desse crescimento, que poderá alcançar 126,8 milhões de passageiros (incremento de 7,9% em relação a 2008). O movimento nos 33 terminais de logística de carga da Infraero também vem crescendo, chegando a mais de 800 mil toneladas de cargas importadas e exportadas em 2008. Em 2009, espera-se um aumento de 6,4%, quando se poderá alcançar o montante de 851,5 mil toneladas.

Em 2008, a Infraero aumentou o efetivo de funcionários dos principais aeroportos em cerca de 800 servidores e realizou investimentos em treinamento, estimulando uma postura mais pró-ativa e melhoria no processo de tomada de decisão, para garantir a manutenção dos níveis de segurança operacional. Para 2009, está prevista a realização de concurso público para a área de navegação aérea, bem como a manutenção dos investimentos em programas de treinamento e desenvolvimento, com prioridade para as atividades operacionais.

Dentre os empreendimentos concluídos e com conclusão prevista para 2009, destacam-se os seguintes:

- Aeroporto Santos-Dumont/Rio de Janeiro: conclusão da reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pista e pátios (R\$ 20,58 milhões, dos quais R\$ 19,63 do PAC);
- Aeroporto Internacional de Boa Vista/RR: conclusão da reforma e ampliação do terminal de passageiros, reurbanização do acesso e construção de edificações complementares (R\$ 2,7 milhões);
- Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC: conclusão da construção do novo terminal de passageiros (R\$ 6,8 milhões, dos quais R\$ 1,15 milhão oriundos do Governo do Estado do Acre);

- Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza/CE: construção do terminal de logística de cargas (TECA) e da torre de controle/DTCEA e reforço do pátio de aeronaves e da pista de taxiamento (conclusão do TECA em agosto de 2008 e conclusão da torre prevista para janeiro de 2009, em 2008 no valor de R\$ 15,5 milhões, dos quais R\$ 7,5 do PAC);
- Aeroporto Internacional de Salvador/BA: conclusão das obras de ampliação, desenvolvimento e modernização das vias de acesso externo ao Aeroporto (R\$ 23,6 milhões do PAC);
- Aeroporto de Londrina/Gov. José Richa: construção do terminal de logística de carga (TECA);
- Aeroporto de Manaus – Eduardo Gomes: substituição da cobertura do TECA II;
- Aeroporto Viracopos/Campinas: ampliação da cobertura do terminal de importação do TECA e implantação do Centro de Treinamento de Logística;
- Aeroporto de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro: nova estrutura metálica da cobertura do TECA Guarulhos;
- Aeroporto Salgado Filho/Porto Alegre: obra de reforço da pista de pouso; e
- Aeroporto do Rio De Janeiro /Galeão – Antônio Carlos Jobim: projeto para intervenção no terminal de passageiros 1.

A Infraero deverá investir, em 2009, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em equipamentos e obras e serviços de engenharia, visando à ampliação, modernização, operacionalidade e segurança da infra-estrutura dos principais aeroportos brasileiros, que estão sob sua administração. E, como marco da mudança de gestão de aeroportos brasileiros, São Gonçalo do Amarante será o primeiro aeroporto a ter a administração realizada por meio de parceria público-privada. A Infraero manteve, em 2008, os investimentos na área social, atuando em 62 projetos, o que permitiu o atendimento de cerca de 15 mil pessoas do entorno dos aeroportos.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O ano de 2008, foi marcado por uma expressiva interação do Governo, por meio do Ministério das Comunicações, com a sociedade civil incluindo segmentos da indústria, academia, prestadoras de serviços de telecomunicações, órgãos de defesa dos consumidores, associações, dentre outros. A tônica dessa interação foi a adequação e definição de políticas públicas para atendimento das demandas de interesse da sociedade, especialmente para a viabilização de novos avanços para a universalização e competição no mercado, e para sua adaptação ao momento de convergência tecnológica.

Nos últimos dez anos, o eixo principal da política nacional de universalização dos serviços de telecomunicações se desenvolveu em torno do serviço telefônico fixo comutado, portanto, o único cuja continuidade tem de ser garantida pela União e cujas empresas concessionárias estão sujeitas a metas de universalização. É importante assinalar que o serviço tradicional de voz, por

circuito comutado, é um serviço de crescimento limitado em termos mundiais e já entrou em curva de declínio. No Brasil, embora o tráfego continue crescendo, a planta instalada tem se mantido estável há vários anos. A perda de competitividade da voz fixa se deve à comodidade e flexibilidade da voz móvel e ao custo incomparavelmente menor, quando não inexistente, da voz sobre o protocolo IP da Internet, para quem tem um acesso em banda larga.

Num ambiente de convergência tecnológica, o serviço de voz não pode ser mais o único fio condutor da política brasileira de telecomunicações. O eixo para os próximos dez anos tem que ser o acesso em banda larga, sobre o qual são oferecidos serviços de voz, dados e vídeo. Ao contrário da telefonia, um serviço com características técnicas definidas e estáticas, o acesso em banda larga é um serviço de características dinâmicas, em constante evolução. O conceito de banda larga varia com o avanço da tecnologia e novas aplicações. A definição do acesso em banda larga, como a prioridade da política nacional de telecomunicações, vai permitir iniciar um novo ciclo de desenvolvimento no setor, pois a banda larga é muito mais do que comunicação, é acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, duas iniciativas de maior importância para dar escala à infra-estrutura de redes digitais de banda larga no País se constituíram em metas da política de telecomunicações do Governo, em 2008. Uma é resultante da troca de obrigações de universalização dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), constantes do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do STFC, pela implantação de enlaces de entroncamento (*backhaul*) em todos os Municípios. As redes das concessionárias já cobrem mais de dois mil Municípios e, até o final de 2010, elas deverão completar os Municípios restantes. Outra iniciativa corresponde às obrigações de cobertura estabelecidas no edital do leilão das licenças de Terceira Geração, que vão permitir que, até 2010, todos os Municípios contem com o serviço móvel pessoal. Adicionalmente, em até cinco anos, todos os Municípios com população acima de 100 mil habitantes estarão atendidos por infra-estrutura de banda larga em 3G. Já dentre os pequenos Municípios, com população inferior a de 30 mil habitantes, 60% deverão possuir infra-estrutura de banda larga em 3G até 2015.

Um outro passo importante para massificar o uso desse serviço foi a disponibilização, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de acessos banda larga em todas às escolas públicas urbanas (55 mil). O atendimento a todas as escolas será concluído em 2010.

Nesse cenário de convergência tecnológica, o Governo entende ser de fundamental importância ampliar o escopo de destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), de forma a abranger os serviços de telecomunicações, como, aliás, propõem projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Entre as novas aplicações propostas se destaca o acesso a redes digitais em banda larga à Internet, infra-estrutura flexível sobre a qual é possível prover serviços de voz, dados e vídeo. A ampla disponibilidade dessas redes é essencial para incluir o País na sociedade da informação.

b) Avanços na Regulação

Com vistas a modernizar o marco regulatório e preparar o País para o futuro da convergência tecnológica, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) empreendeu, em 2008, um amplo processo de audiências e consultas públicas no contexto da elaboração do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) e da revisão do Plano Geral de Outorgas (PGO). O PGR apresenta as ações a serem realizadas pela Agência nos próximos dez anos, no sentido de acelerar o desenvolvimento industrial, tecnológico, econômico e social do País, reduzir as desigualdades regionais, incentivar a competição, garantir a liberdade de escolha dos usuários e, ao mesmo tempo, fortalecer o papel regulador do Estado. A proposta de revisão do PGO, por sua vez, visa a adaptar

os atuais padrões de concorrência às novas tendências econômicas, tecnológicas e comportamentais que revestem a exploração dos serviços de telecomunicações.

Outras medidas de regulação também merecem realce, destacando-se i) a licitação da 3ª geração da telefonia móvel, o 3G, cujo Edital inovou ao garantir que 100% dos Municípios possam usufruir do serviço de telefonia celular (Serviço Móvel Pessoal), em 2 anos todos os 1.836 Municípios brasileiros ainda sem acesso ao SMP possuirão telefonia celular; ii) o Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), uma das mais importantes inovações regulatórias brasileiras, que facultou aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular, estimulando a competição, a redução nos preços e a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário; e iii) os regulamentos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), que foram discutidos com o Ministério Público e órgãos de defesa dos consumidores, e resultaram em uma versão consolidada do Regulamento do SMP, que passou a vigorar em fevereiro de 2008. Entre as principais alterações introduzidas na prestação desse Serviço destacam-se as seguintes inovações: exigências para o setor de atendimento e setor de relacionamento; orientações para esclarecimentos e atendimentos a reclamações de usuários; procedimentos operacionais de atendimento a usuários; esclarecimentos sobre saldo de créditos de planos pré-pagos de serviço; regras para atendimento de usuários portadores de deficiência auditiva e da fala; prazos para rescisão contratual, de carência e fidelização; e regras para bloqueio e desbloqueio de estação móvel.

O tema da segurança da Internet vem adquirindo cada vez mais importância para a regulação. A Anatel, juntamente com representantes de vários entes estatais e da sociedade civil, tem atuado nas discussões sobre o projeto de lei recém-aprovado pelo Senado Federal e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados sobre crimes cibernéticos. No âmbito do referido grupo de especialistas, tem sido ainda exaustivamente discutida a adesão do Brasil à Convenção Européia sobre Crimes Cibernéticos – mais conhecida como “Convenção de Budapeste” – e suas implicações para o País, em caso de eventual assinatura. Igualmente no campo da governança da Internet, o Brasil tem atuado intensivamente no sentido de aumentar a representatividade e a transparência do Comitê Consultivo Governamental (GAC), junto à Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (ICANN), como foro de discussões políticas sobre essa Rede. Intenta-se atingir tais objetivos por meio de uma reforma na estrutura e nos métodos de trabalho do GAC/ICANN, buscando-se igualmente uma participação mais representativa dos governos, por via direta ou indireta.

No que se refere às relações entre Europa e América Latina, vale a pena mencionar o sucesso da XI Cúpula de Reguladores e Operadoras, organizada pelo Foro Latino-americano de Órgãos Reguladores de Telecomunicações (Regulatel), do qual o Brasil assumiu a presidência no período 2008/2009, e pela Associação Ibero-americana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações (Ahciet), ocorridas em São Paulo, em julho de 2008. O mesmo êxito pôde ainda ser constatado na V Reunião Técnica de Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em julho de 2008, na cidade da Praia, Cabo Verde, durante a qual avançou-se na criação da Associação de Reguladores de Expressão Portuguesa.

No que se refere ao PGO e ao PGR, muitos esforços já foram despendidos, mas a tarefa ainda não está concluída e o foco, em 2009, estará centrado em sua efetiva implementação, de modo compatível não apenas com o contexto convergente das telecomunicações, mas com a proteção e o fortalecimento dos direitos dos usuários, com a qualidade dos serviços prestados, com o estímulo à competição e com a redução das barreiras ao acesso e uso das telecomunicações. Considerando essas questões, o Governo, por intermédio da Anatel, agirá no sentido de promover parcerias com órgãos oficiais de proteção e defesa do consumidor e entidades representativas da sociedade organizada, bem como de rever a regulamentação de qualidade dos diversos serviços.

Nas perspectivas do setor para os próximos anos, observa-se que o principal orientador das telecomunicações no período vindouro será a banda larga. A massificação do acesso em banda larga é imprescindível para garantir a todas as camadas da população o acesso ao conteúdo multimídia e, conseqüentemente, trazer possibilidades de inclusão social e superação do hiato digital existente em nosso País. Sobre este tema, entre as ações que farão parte da pauta de regulação em 2009, ressaltam-se a adequação das obrigações para os serviços de telecomunicações no sentido de possibilitar a oferta de planos específicos de banda larga, inclusive para população de baixa renda; a revisão do PGMU, para fixar novas metas para ampliação das redes do STFC de suporte a Banda Larga; a oferta da faixa de 3,5 GHz para prestadores de pequeno, médio e grande porte, com diferentes compromissos de abrangência; o estabelecimento de padrões de qualidade que garantam a qualidade na prestação do serviço; a ênfase na competição, buscando uma maior oferta de serviços aos usuários, a preços menores e com qualidade satisfatória; a revisão na regulamentação dos serviços de maneira a ampliar a oferta e a competição, por meio i) da regulamentação da revenda no STFC e no SMP; ii) do acompanhamento da implementação da portabilidade numérica; iii) da elaboração do Plano Geral de Metas de Competição; e iv) da elaboração da Regulamentação de Desagregação de Redes (*Unbundling*), permitindo a desagregação total ou compartilhada; e o fomento ao desenvolvimento tecnológico e industrial nacionais.

c) TV Digital

O padrão de TV Digital adotado no Brasil foi desenvolvido, em grande medida, por meio de projetos apoiados com recursos originários do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico em Telecomunicações (FUNTTEL). O início das transmissões com essa nova tecnologia começou em São Paulo, no final de 2007, e, ao longo de 2008, expandiu-se sua cobertura, tendo sido implantada em Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, disponibilizando o sinal digital para mais de 29 milhões de brasileiros. Em 2009, o processo de ampliação da cobertura incluirá todas as capitais e as principais cidades do País.

É importante registrar, ainda, a conclusão das negociações em torno dos direitos de propriedade intelectual relativos à interface Java do *middleware* Ginga. De tecnologia inteiramente nacional, desenvolvida com o apoio de recursos provenientes do FUNTTEL, o Ginga confere interatividade ao padrão de TV Digital adotado no País.

d) Serviços Postais

d.1) Universalização dos Serviços Postais

Presente em todos os Municípios, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) atende em torno de 50 milhões de domicílios, sendo a garantia de atendimento dos serviços postais básicos a 1.537 distritos desprovidos de atendimento. A ECT, em 2008, deu continuidade às substituições de suas antigas unidades por Agências de Correio Comunitárias (AGC) ou Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.051 localidades. Houve a substituição de 3.460 unidades por AGC, alcançando o índice de realização acumulada de 93,67% da meta geral (3.694) estabelecida pelo Ministério das Comunicações. Em 2009, com o objetivo de diminuir a exclusão postal, unidades de atendimento serão instaladas para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

d.2) Exportações por Remessas Postais

O sistema simplificado de exportações por remessas postais permitiu que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte, pudessem ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal. A facilitação do despacho aduaneiro e a redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, por meio da Declaração Simplificada de Exportação (DSE), abriu espaço para o crescimento de pequenos empreendedores no comércio internacional e ampliou a base exportadora e os resultados da balança comercial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O valor das exportações por meio desse instrumento, até outubro de 2008, alcançou US\$ 174 milhões, sendo que para o referido exercício, estima-se que o valor ultrapasse US\$ 200 milhões, superando em 15% o apurado em 2007.

d.3) Inovações dos Serviços

A solução “Correios Logística Reversa”, que tem por finalidade facilitar as relações comerciais entre as empresas e seus clientes, quando há necessidade de retorno do produto comercializado, se consolidou no mercado brasileiro como alternativa eficiente para o pós-venda de mais de duas mil empresas, com ênfase nos segmentos de e-commerce, eletrônicos e telefonia. O serviço se expandiu em 2008, atingindo 1,5 milhão de encomendas e faturamento de R\$ 38 milhões, crescimento de 50% ante 2007.

Já o serviço de “Encomenda Econômica PAC (Prático, Acessível e Confiável)”, alcançou, em 2008, taxa de crescimento de 30% em relação ao ano anterior. O resultado foi impulsionado pelo aumento da base de clientes e pela extensão do serviço aos clientes de varejo, possibilitando atender a todos os brasileiros em qualquer agência postal. Esse tipo de serviço se apresenta como a solução mais adequada ao mercado de encomendas econômicas (prazo de entrega definido, serviço garantido, rastreamento completo; seguro automático e entrega domiciliária nas principais localidades). A iniciativa faz parte do processo de revisão do portfólio de encomendas, do qual também surgiram os serviços e-SEDEX, SEDEX 10, SEDEX Hoje, SEDEX Mundi.

e) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias

e.1) Radiodifusão Comunitária

Em cumprimento ao compromisso de que pelo menos 4.452 Municípios, 80% do total, contassem com pelo menos um serviço local de radiodifusão até o final de 2011, foi publicado, em 2008, mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, atingindo 99,86% do total de Municípios do País. Nesse mesmo período, foram concedidas 246 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária, totalizando 3.378 entidades já autorizadas a executar o serviço em todo o território nacional, sendo que 2.468 delas já contam com aprovação do Congresso Nacional e Licença Definitiva emitida.

e.2) Demais Serviços de Radiodifusão

Em 2008, foram concedidas 391 outorgas de serviço de Radiodifusão. Além das 246 de Rádio Comunitária, ocorreram as outorgas: 53 de Rádio FM Comercial, 30 de Rádio OM Comercial, 7 de Rádio FM Educativa, 8 de TV Comercial, 2 de TV Educativa e, ainda, 45 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital. Em 2009, as principais metas são as implantações

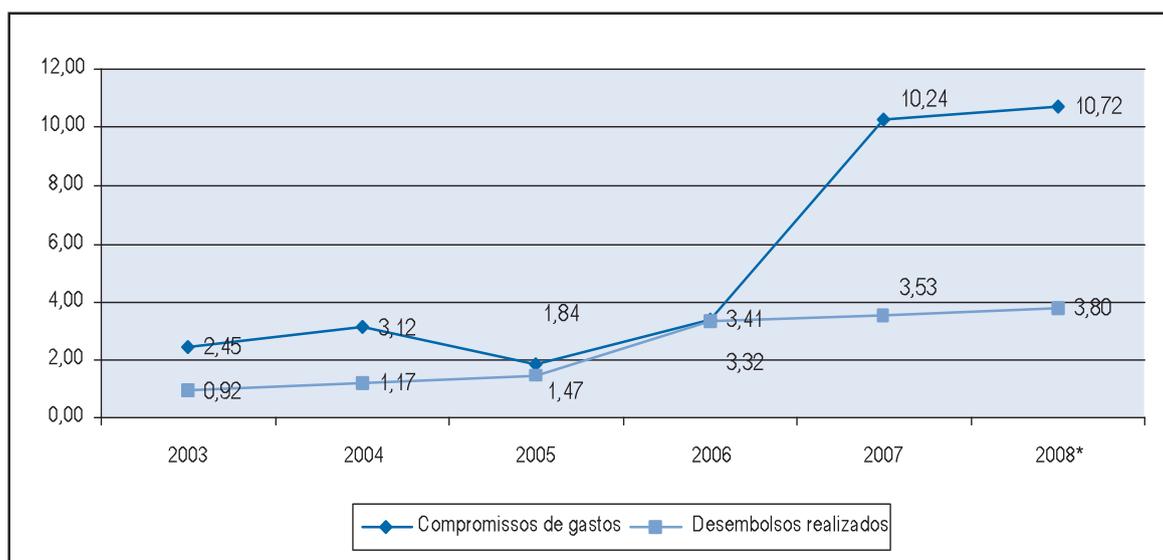
de ferramentas de gestão para avaliação de serviços de comunicação eletrônica e do sistema de pregão eletrônico para licitação de outorgas de radiodifusão comercial.

5. Saneamento

Na área de Saneamento, o PAC responde por investimentos robustos, por meio do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas e essenciais, e sinaliza, para a sociedade brasileira e para o setor, a prioridade atribuída ao saneamento básico na agenda do desenvolvimento nacional. A política da União para esse setor prioriza a retomada dos investimentos e o fortalecimento da gestão nos aspectos do planejamento, regulação, fiscalização e controle social. Na implementação dessa política é feita a integração dos órgãos federais que atuam em saneamento e nas áreas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, incentivando a qualificação do gasto público e as ações de cooperação e de mecanismos indutores previstos em seus programas de investimento.

O Gráfico a seguir revela a evolução do investimento do Governo em saneamento básico nos últimos anos.

Evolução dos Gastos Federais Comprometidos e Desembolsado em Iniciativas de Saneamento Básico. Brasil 2003-2008.



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades. *Estimativa para 2008 e, no caso dos desembolsos, os valores englobam os recursos de OGU e Financiamento, não estão incluídos os valores de Restos a Pagar.

O crescimento dos valores comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico, desde 2003, demonstra os significativos avanços do Governo na retomada das contratações de operações de crédito e na agilização dos empenhos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). O gráfico revela ainda a manutenção do crescimento dos valores comprometidos em 2008 e 2007, em relação aos compromissos de gastos apurados no período 2003 a 2006.

Dos R\$ 40 bilhões de investimentos previstos, para o período 2007-2010 no PAC Saneamento, já foram selecionados, no âmbito do Ministério das Cidades, R\$ 25,2 bilhões, com destaque para as modalidades de esgotamento sanitário e saneamento integrado, que totalizam, respectivamente, R\$ 10,6 bilhões e R\$ 5,5 bilhões do volume total de recursos contratados e em contratação,

conforme espelha a tabela a seguir. Do total de R\$ 25,2 bilhões de recursos selecionados, R\$ 9,7 bilhões são provenientes do OGU (recursos não-onerosos) e R\$ 15,5 bilhões são recursos de financiamentos (recursos onerosos).

PAC Saneamento ⁽¹⁾

Total de Investimentos Contratados e em Contratação 2007-2008 (em R\$ milhões)

Modalidade	Situação dos Investimentos		TOTAL
	Contratados	Em Contratação	
Abastecimento de Água	4.263,1	1.520,7	5.783,8
Desenvolvimento Institucional	524,5	39,3	563,8
Esgotamento Sanitário	9.053,9	1.550,5	10.604,4
Estudos e Projetos	95,6	121,6	217,2
Drenagem	1.431,9	679,4	2.111,3
Resíduos Sólidos	90,4	285,7	376,1
Saneamento Integrado	5.230,8	319,6	5.550,5
TOTAL	20.690,3	4.516,9	25.207,2

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades. (1) Municípios com população superior a 50.000 habitantes.

Durante o exercício de 2008, o Governo promoveu, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (operações de financiamento), a seleção de 534 projetos de saneamento, no valor de R\$ 2,9 bilhões, com destaque para obras de Manejo de Águas Pluviais (R\$ 790,7 milhões), Esgotamento Sanitário (R\$ 753,5 milhões) e Abastecimento de Água (R\$ 683,7 milhões). Todos os projetos selecionados integram o PAC, no eixo Infra-estrutura Social e Urbana. Ainda nesse exercício, foram contratadas 421 operações de crédito no valor de R\$ 6,4 bilhões, com destaque para a modalidade de esgotamento sanitário, que compreende R\$ 3,6 bilhões. As contratações consideraram propostas selecionadas em 2008 e também um conjunto expressivo de projetos selecionados em exercícios anteriores, especialmente no segundo semestre de 2007. Quanto ao desembolso de recursos com financiamentos, em 2008, foram pagos R\$ 1,2 bilhão, considerando projetos contratados em 2008 e em exercícios anteriores.

No que se refere ao atendimento das demandas de saneamento pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nos pequenos Municípios e nas comunidades indígenas, quilombolas, áreas rurais e de interesse epidemiológico, está prevista a dotação de R\$ 4 bilhões para o período 2007-2020. Até novembro de 2008, já foram apresentados projetos referentes a 3.800 empreendimentos, representando 57% dos recursos previstos para o quadriênio. Entre as ações de saneamento em áreas especiais, merece destaque, em 2008, a execução de recursos orçamentários da ordem de R\$ 15,5 milhões nas áreas indígenas, beneficiando 125 aldeias com projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares. Quanto a projetos para áreas quilombolas, a execução de R\$ 7,8 milhões beneficiou 28 comunidades.

No saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, a ação de drenagem para o controle de malária atingiu a meta prevista para 2008, com execução orçamentária de R\$ 6,9 milhões, beneficiando 101.504 famílias em 13 Municípios. Quanto a melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, foram executadas melhorias em 317 Municípios, com aplicação de R\$ 143,1 milhões. Em relação ao saneamento em Municípios com população total de até 50 mil habitantes, os projetos de abastecimento de água tiveram a execução de R\$ 484,4 milhões, beneficiando 592 Municípios. Já as intervenções na área de esgotamento sanitário beneficiaram 185 Municípios, com a aplicação de R\$ 487,8 milhões. Na área de melhorias sanitárias domiciliares, foram beneficiados 247 Municípios, num total de R\$ 135,7 milhões. Quanto a resíduos sólidos, foram apresentados projetos para 3 Municípios, no montante de R\$ 1,7 milhão.

Em 2008, foram concluídos os empreendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 656 comunidades de assentamentos rurais, no valor total de R\$ 55,1 milhões e contratados empreendimentos em 289 escolas, no valor de R\$ 12,9 milhões. Para 2009, prevê-se a continuidade dos projetos de saneamento, com análise e aprovação de projetos para os empreendimentos selecionados, reprogramação dos Municípios que não atenderem ao prazo estipulado para apresentação de projetos, e treinamento dos 119 engenheiros contratados a fim de dar continuidade às análises técnicas e às atividades de acompanhamento local. O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, no ano de 2009, em patamares bastante próximos aos de 2007 e 2008, conforme indica a previsão dos investimentos em saneamento a serem contratados da ordem de R\$ 9,2 bilhões. Neste exercício, também está prevista a realização de um novo processo de seleção de propostas de financiamento, no valor de R\$ 3,5 bilhões, de modo a completar as metas previstas no PAC, priorizando as regiões metropolitanas críticas e Municípios de médio e grande porte. Além da nova seleção, será concluído o processo de contratação de parte dos empreendimentos selecionados em 2008. Quanto ao desembolso dos recursos, a expectativa é de uma aceleração em função da previsão de conclusão, até o final de 2010, de 89% das obras previstas no PAC.

Em relação aos instrumentos de planejamento no setor de saneamento, a Lei nº 11.445, de 2007, determina a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Iniciada sua formulação em 2008, o Plano prevê um processo participativo que contemple metodologia para garantir a mobilização e o envolvimento de todos os atores do saneamento básico em torno dos seus eixos e desafios, tanto para sua elaboração, quanto para sua posterior implementação.

Paralelamente ao processo de elaboração do PLANSAB, o Governo está estruturando uma série de ações, em 2009, com vistas a apoiar os Municípios, tais como a implementação de Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização, com o intuito de oferecer a esses entes subsídios para a elaboração de seus respectivos Planos de Saneamento, considerando os aspectos da regionalização, das diferentes escalas de planejamento, da transversalidade, da intersetorialidade, da integralidade das ações e da participação e controle social.

6. Habitação

A Política Nacional de Habitação (PNH) visa promover a melhoria nas condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de mais baixa renda. Tem como prioridade a integração urbana dos assentamentos precários, com foco i) na urbanização, regularização fundiária e inserção dos assentamentos precários; ii) na provisão habitacional; e iii) na criação de um arcabouço institucional de abrangência nacional, consoante aos princípios federativos, com participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O Governo tem suas ações orientadas, no setor habitacional, a partir de dois eixos norteadores: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e o PAC.

O PlanHab é parte de um processo de planejamento de longo prazo que pressupõe revisões periódicas e articulação com outros instrumentos de planejamento e orçamento, como o Plano Plurianual (PPA). Sua elaboração teve início em agosto de 2007, se estendeu por todo o exercício de 2008 e foi apresentado ao Conselho das Cidades em sua 19ª reunião, no mês de dezembro de 2008. Baseado na análise e sistematização do contexto habitacional, e considerando as potencialidades, constrangimentos e cenários possíveis, o PlanHab define estratégias de ação no curto, médio e longo prazos para a universalização da moradia digna e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil, bem como para a consolidação do Sistema Nacional de Habitação. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) conta com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios. O SNHIS estabelece as bases de um desenho institucional, prevê a integração das três esferas de governo e define as regras que asseguram a sua articulação financeira com os entes da Federação.

O PAC Habitação se insere no eixo de expansão dos investimentos em infra-estrutura social e urbana do País, e visa, também, o desenvolvimento dos setores produtivos ligados à habitação. O programa, financiado com recursos não-reembolsáveis e de financiamento, tem ampliado significativamente o volume de recursos aplicados no setor. O Programa contempla as ações do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), do Programa Pró-Moradia e dos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (PMI) e do FNHIS.

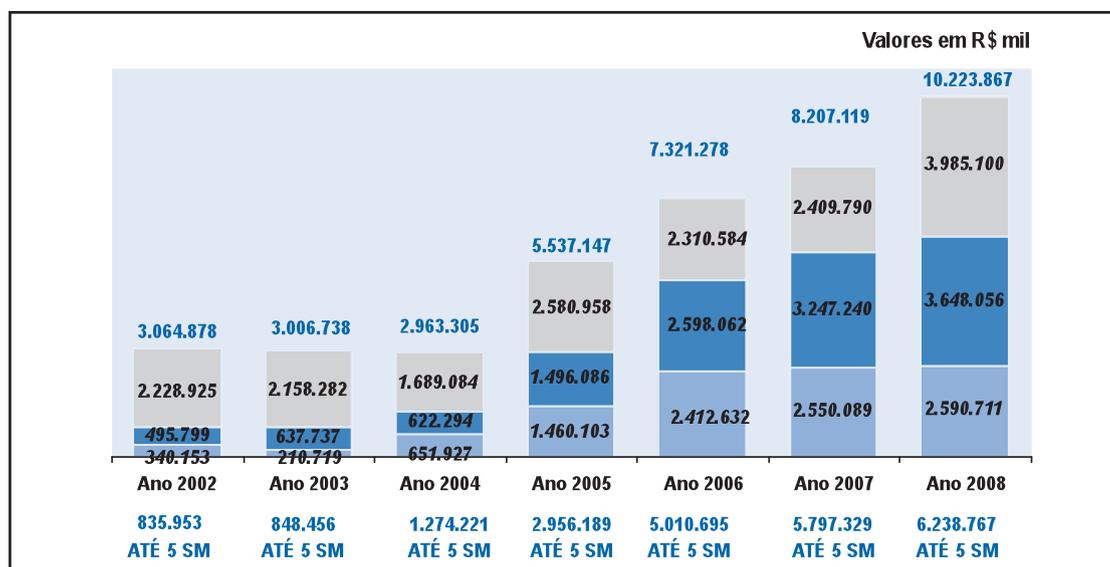
Para o quadriênio 2007-2010, estão previstos aportes de recursos, inclusive das contrapartidas estimadas em R\$ 9,3 bilhões, da ordem de R\$ 55,9 bilhões do OGU, do FNHIS, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). No que diz respeito aos recursos do OGU, foi definida, para o referido quadriênio, a alocação de R\$ 8,4 bilhões em projetos de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, os mais significativos no âmbito das intervenções habitacionais.

Com recursos do FNHIS, em 2008, foram alocados R\$ 500 milhões para urbanização de 246 assentamentos precários, R\$ 430 milhões para provisão habitacional, R\$ 30 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, e R\$ 15 milhões na contratação de assistência técnica. Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, esse Fundo alocou R\$ 1 bilhão por ano, mesmo montante previsto por ano, até 2010, para investimento na produção de unidades habitacionais para a população em situação de vulnerabilidade social.

Como reflexo da ampliação de fontes de recursos e agentes no setor habitacional, a parceria estabelecida, em 2007, com o BNDES foi ampliada. Custeados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e com previsão de ações integradas voltadas à urbanização e implantação de infra-estrutura básica e social em áreas de baixa renda, de risco e de sub-habitação, considerando também a regularização fundiária, os projetos que compõem o Projetos Multissetoriais Integrados (PMI) tiveram seu número ampliado para 17, compreendendo investimentos da ordem de R\$ 900 milhões.

No que diz respeito ao repasse de recursos operados no âmbito do FGTS, deve-se ressaltar a concessão de subsídios dirigidos a financiamentos para pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até 5 salários mínimos, ampliando o acesso à moradia dos cidadãos menos favorecidos. Esses subsídios permitem o pagamento dos custos financeiros das operações de crédito, bem como a complementação do custo de produção ou valor de venda do imóvel. No quadro que se segue estão apresentados os investimentos realizados com recursos desse Fundo, por faixa de renda.

Recursos do FGTS
Investimento Habitacional por Faixa de Renda



Fonte: MCidades e CEF. Posição em 30.11.2008.

Em 2008, do total de R\$ 15 bilhões alocados no orçamento operacional do FGTS, R\$ 10,4 bilhões foram destinados à área de Habitação Popular; R\$ 1,5 bilhão ao desconto nos financiamentos a pessoas físicas; e R\$ 3 bilhões ao Fundo de Arrendamento Residencial. As seleções dos programas lastreados com os recursos do FGTS, para o exercício, totalizaram R\$ 11,3 bilhões. Essa distribuição orçamentária foi definida em consonância com a norma estabelecida em setembro deste ano, segundo a qual, dos recursos do Fundo, estabelecendo, no mínimo, 50% do total disponível deve ser aplicado à área de Habitação Popular. Dentre os programas que utilizam os recursos do FGTS, destacam-se o Carta de Crédito e o Pró-Moradia, que disponibilizaram, respectivamente, R\$ 8,5 bilhões e 2,5 bilhões. Os atendimentos são voltados a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento ao setor público (no caso do Pró-Moradia) e a pessoas físicas, associadas ou não (Carta de Crédito).

No âmbito do programa de Apoio à Produção de Habitações, que financia empresas do ramo da construção civil para produção habitacional, o Governo efetivou, em 2008, a contratação de R\$ 254,8 milhões, compreendendo mais de 4 mil domicílios. Ainda no sentido de melhorar as condições de aplicação dos recursos do FGTS, há que se registrar o esforço de unificação das taxas de juros da área de habitação popular, compatíveis com as diretrizes do PlanHab. Com a instituição do Pró-cotista, os trabalhadores detentores de contas vinculadas do FGTS serão beneficiados ainda com redução de 0,5% ao ano; e, pela ampliação do prazo máximo de amortização de financiamentos com pessoas físicas de 20 para 30 anos.

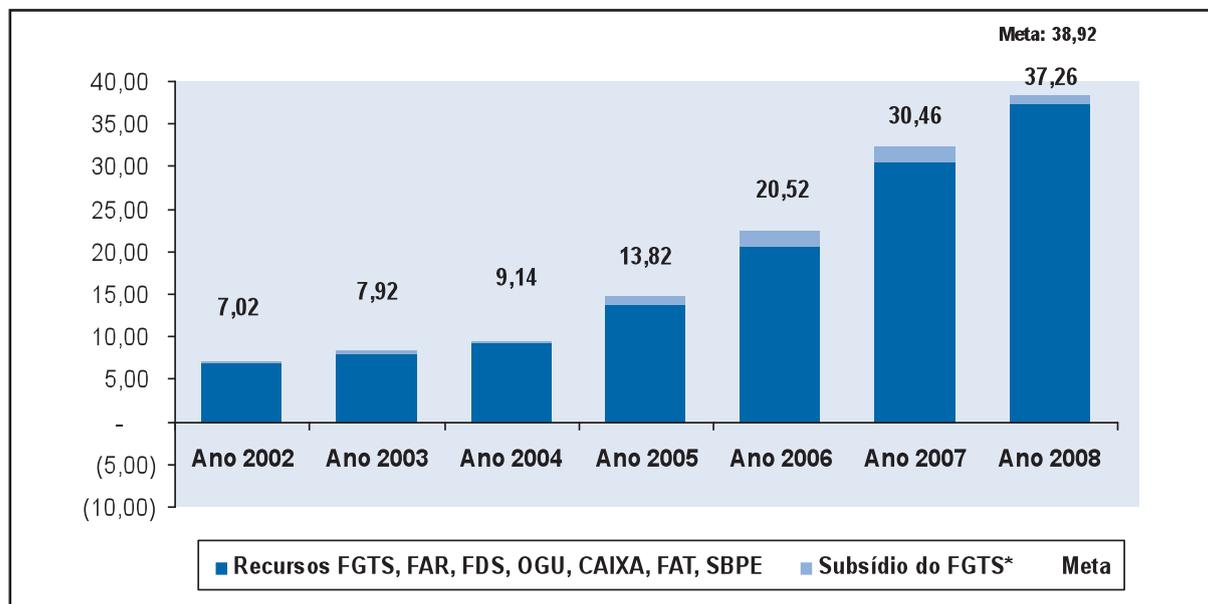
No Programa Crédito Solidário, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para financiamento à população de baixa renda organizada de forma associativa, foram aprovadas medidas que alteram a operacionalização do programa e trazem maiores benefícios aos mutuários e mais segurança para o Fundo, tais como o pagamento de seguro relativo de morte e invalidez permanente; o abatimento na prestação dos mutuários adimplentes; ampliação da participação dos idosos; e a isenção de pagamentos da Taxa Referencial (TR) durante o prazo de carência. Foi, ainda, aprovada nova metodologia de

cálculo para o resgate das cotas, o que alavancará maior volume de recursos para investimentos. As mudanças resultaram em contratações que somam R\$ 122,0 milhões, e atendimento de 7 mil famílias.

A quarta fonte de financiamentos dos programas federais de habitação é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), cujas ações custeadas estão consolidadas no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), com o objetivo de propiciar moradia à população de baixa renda sob a forma de arrendamento com opção de compra. A principal diretriz dessa ação é a oferta de unidades habitacionais pelo aproveitamento dos imóveis ociosos em áreas de interesse habitacional. Durante o ano de 2008, o PAR efetivou contratações para o atendimento a 6.600 famílias, totalizando um investimento de R\$ 244,0 milhões.

Como consequência dessas e de outras ações do Governo, os investimentos para o setor habitacional crescem a cada ano, gerando um maior número de atendimentos, em especial para os segmentos com renda de até 5 salários mínimos. Os investimentos destinados à produção e aquisição de moradias, urbanização de assentamentos precários, aquisição de material de construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, no ano de 2008, atingiram, até o mês de novembro de 2008, um montante de R\$ 37,26 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Evolução dos Investimentos em Habitação (R\$ bilhões)

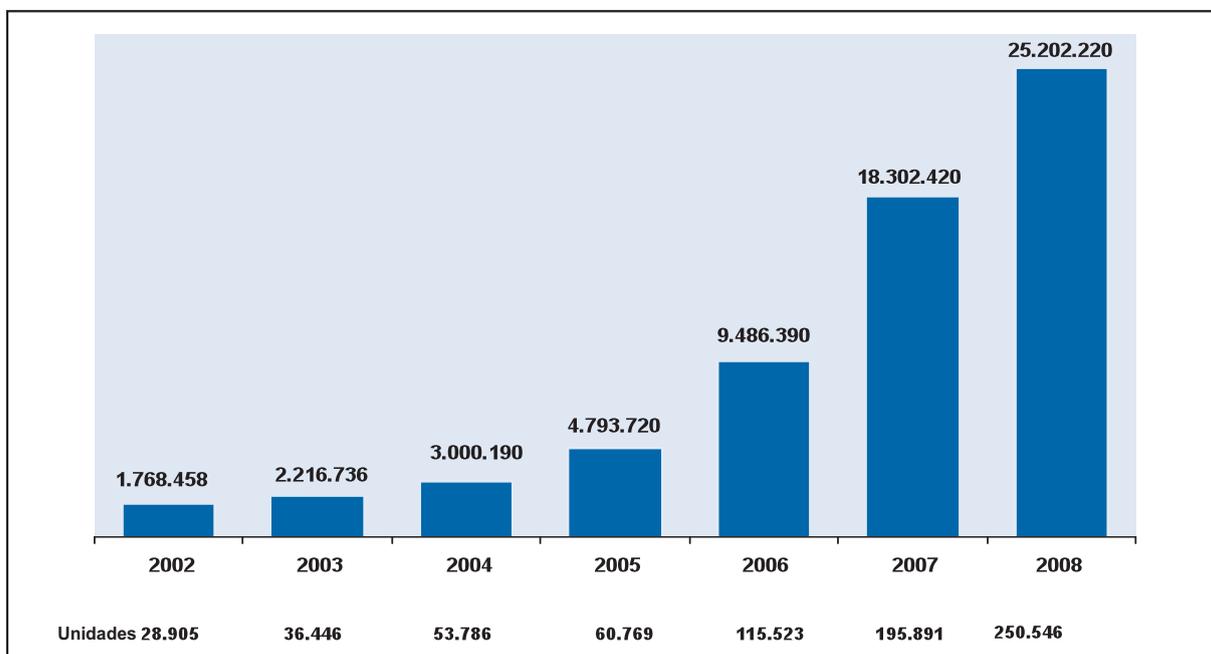


Fonte: MCidades, CEF e ABECIP. Posição em 30.11.2008. *Res. 460/04 - a partir de 01/06/05.

No âmbito da inovação e do desenvolvimento da qualidade da cadeia construtiva do setor habitacional, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) é o meio de interlocução do Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. As iniciativas de incentivo à geração de empregos incluem a desoneração da produção, com a eliminação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a redução da incidência da alíquota dos produtos da cesta básica de material para a construção civil, e a melhoria e ampliação das condições para concessão de crédito.

O desenvolvimento de padrões construtivos, aliado ao crescimento do setor verificado nos últimos anos, reflete-se na entrada de novas empresas – inclusive internacionais – no mercado habitacional brasileiro e no salto dos recursos operados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Até novembro de 2008, os contratos firmados com recursos lastreados pelo SBPE alcançaram um total de R\$ 25,2 bilhões, relativos a mais de 227 mil unidades habitacionais, conforme dados constantes do quadro a seguir.

Evolução do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos



Fonte: ABECIP. Posição em 30.11.2008.

A utilização desses recursos reflete uma outra alteração no mercado da habitação. Nota-se que a atuação das empresas que compõem o setor se dá a partir de uma perspectiva de fornecimento de produtos voltados não apenas ao mercado considerado tradicional, mas também aos segmentos de renda intermediária. Esse cenário teve reflexo no nível de emprego na construção civil e no mercado de moradia. Os números relativos ao registro de trabalhadores formais dão seqüência ao incremento verificado a partir de 2004 e, principalmente, 2007, traduzindo-se em fortalecimento do mercado interno e geração de renda para as famílias.

Para 2009, os desafios e metas específicos no setor habitacional estão dispostos sob três vertentes. A primeira, diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos que propiciem o efetivo funcionamento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, por meio do desenvolvimento institucional dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A segunda vertente de desafios trata da implantação de uma política de oferta de solo urbanizado e regularizado de interesse social, com abrangência metropolitana e/ou regional, a partir do aprimoramento do marco normativo e da definição de um pacto com os setores públicos e privados envolvidos pela temática. A terceira vertente se relaciona com a implementação do Sistema Nacional de Informação e Indicadores Habitacionais, com a consolidação de instrumentos de geoprocessamento e a participação dos Estados e Municípios como parceiros na alimentação e validação dos dados e mapas.

No que tange ao Sistema Habitacional de Mercado, os desafios a serem superados dizem respeito principalmente à expansão do crédito no setor e à ampliação do acesso das famílias de baixa renda às linhas de financiamento, o que demanda expansão e adaptação dos produtos disponibilizados pelas empresas.

A partir de 2009, o PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional durante os próximos 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos, já existentes e novos, para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro eixos considerados fundamentais para a solução do problema habitacional brasileiro, quais sejam: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e, iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

O planejamento e a gestão territorial urbana são de competência dos Municípios, no entanto, o Governo Federal vem atuando fortemente no estímulo à implementação de novas práticas e instrumentos que possibilitem aos cidadãos melhor qualidade de vida nas áreas urbanas. Com esse intuito, em 2008 foi apoiada a elaboração de planos diretores em mais 20 Municípios, no montante de R\$ 2,85 milhões, além da constituição de uma rede nacional de avaliação e monitoramento da implementação de Planos Diretores em todo o País. Também foi mantida a estratégia de capacitação de agentes do poder público e de atores da sociedade civil para a implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Destaca-se também o apoio para desenvolvimento de planos de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e demais instrumentos para solução habitacional, mediante entidades sem fins lucrativos e com instituições de ensino.

O Governo tem acompanhado, desde 2003, o processo legislativo na construção do Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, que trata da revisão da lei de parcelamento do solo urbano e da regularização fundiária. Em maio de 2008, foi realizado seminário nacional para divulgação e discussão desse Projeto, a partir do qual foram realizados outros cinco seminários regionais (Goiânia, Belém, São Paulo, Curitiba e Salvador), com o objetivo de aprofundar as discussões junto aos vários segmentos sociais que compõem o Conselho das Cidades e sistematizar contribuições a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Em 2008, foram selecionadas as propostas dos Estados de Goiás e Bahia e das Defensorias Públicas do Estado de Roraima e de São Paulo, no valor de R\$ 1,37 milhão, com vistas a apoiar a elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades que visam à titulação dos beneficiários. É importante destacar, ainda, a incorporação da dimensão da regularização fundiária nas intervenções de habitação e de urbanização de assentamentos precários no âmbito do PAC.

Também foi dada continuidade à gestão dos convênios celebrados com governos estaduais, que tem por objeto a promoção de acesso à terra urbanizada pela população de menor renda. Dentre as ações destacam-se os convênios celebrados com: o Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso que beneficiará 10 mil domicílios ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos, em Municípios daquele Estado; com o Governo do Estado de Minas Gerais, que possibilitará a elaboração

de Planos de Regularização Fundiária para 5 Municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ações de regularização fundiária em Ribeirão das Neves; e, com o Governo do Estado do Pará, que prevê a capacitação de agentes públicos e agentes comunitários em 20 Municípios e assistência técnica para elaboração de Planos Municipais de Regularização Fundiária de 16 Municípios do Estado, envolvendo inclusive a aprovação do projeto urbanístico e entrega dos títulos.

O sistema que monitora os processos de regularização fundiária em todo o País mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingiram 387 Municípios, beneficiando 1.716.836 famílias de 2.576 assentamentos. Dessas famílias, 330.664 já tiveram seus títulos concedidos. Em 2008, foram iniciados 1.476 processos e concedidos 2.531 títulos, sendo que destes 213 foram registrados.

O Governo propôs importantes alterações na legislação patrimonial e a instituição de medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, que resultaram na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Assim, foram reconstruídas as bases legais para a ampliação dos programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social. Desde 2003, foram iniciados os processos de regularização fundiária e apoio à provisão habitacional de interesse social em 497 assentamentos, localizados em áreas públicas federais, alcançando mais de 490 mil famílias, num esforço conjunto com Estados e Municípios, no sentido de garantir a posse da terra e o direito à moradia digna.

Com o intuito de desburocratizar os processos de regularização fundiária e de provisão habitacional em áreas da União, o Governo declarou serem de interesse do serviço público diversas áreas para o desenvolvimento de projetos sociais. Em 2008, foram publicadas 29 Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, sendo 21 áreas reservadas para o Programa de Apoio a Produção Social da Moradia do FNHIS, para transferência direta às associações e cooperativas selecionadas pelo Ministério das Cidades, e oito imóveis para regularização fundiária de interesse social, beneficiando 8.928 famílias.

O grupo de trabalho para disponibilização dos imóveis da União alcançou como resultado a alienação, por meio do Programa Crédito Solidário, do primeiro imóvel do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para Habitação de Interesse Social, na cidade de Porto Alegre, atendendo a 42 famílias. Ainda sobre os imóveis do INSS, no segundo semestre, foram realizadas vistorias em 20 imóveis que já apresentavam os laudos de avaliação, para que fosse verificada a viabilidade de os mesmos serem destinados a programas habitacionais, tendo sido selecionados 12 imóveis.

No que tange ao apoio a projetos de infra-estrutura, requalificação de espaços de uso público em áreas centrais e elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais, foram monitorados os contratos, ainda em andamento, com 41 cidades. Foram selecionados mais 12 Municípios para elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (R\$ 1,5 milhão) e geridos os convênios com os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais e com o Município de Nilópolis (RJ), que tratam respectivamente da reabilitação de área portuária do Rio de Janeiro, da reabilitação do centro antigo de Salvador, da reabilitação de cinco Municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e da destinação de vazios urbanos para uso habitacional.

Para 2009, pretende-se iniciar o Programa de Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial e Ambiental Integrado para atendimento a Municípios localizados na Amazônia Legal em áreas de domínio do INCRA, promovendo-se a regularização dominial, além de receberem apoio ao desenvolvimento institucional, à elaboração ou revisão de Plano Diretor e elaboração ou

implementação de Plano Urbanístico Ambiental Integrado de Expansão Urbana, Projetos de Regularização Fundiária e Titulação; apoiar tecnicamente os Municípios localizados na área de impacto das usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e do Tocantins (Estreito); apoiar a elaboração de Planos Diretores em Municípios com população superior a 20 mil habitantes que estejam em áreas de interesse turístico; iniciar processos de regularização fundiária para 50 mil famílias; apoiar a elaboração de projetos e a disponibilização de grandes áreas vazias e remanescentes portuárias/ferroviárias; implementar áreas de revitalização econômica no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife; e apoiar o desenvolvimento de políticas de locação social.

8. Mobilidade Urbana

A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável tem como foco a atendimento das demandas do cidadão, conferindo maior integração das políticas de transporte, de mobilidade e de desenvolvimento urbano. Seus fundamentos são: acessibilidade universal, acesso igualitário dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, segurança nos deslocamentos das pessoas e a justa distribuição dos benefícios. A proposta de marco regulatório da mobilidade urbana, amplamente discutida em seminários regionais com grande participação social, está expressa no Projeto de Lei (PL) nº 1687, de 2007, de iniciativa do Poder Executivo, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

O Programa de Infra-estrutura para a Mobilidade Urbana (PROMOB) financia obras com recursos do FAT e, até o junho de 2008, apoiou 48 projetos, que somaram recursos da ordem de R\$ 68,4 milhões.

Os recursos executados para as ações do Governo de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviário, totalizaram, até 15 de dezembro de 2008, R\$ 345,0 milhões, valores disponibilizados para os projetos de implantação do trecho Rodoviária-Camaragibe (TIP-TIMBI) e modernização do trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife; implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte; apoio à implantação dos trechos sul e oeste do Sistema de Trens urbanos de Fortaleza; e implantação do trecho Lapa-Pirajá e a modernização do trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, todos projetos incluídos no PAC, além da recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió.

Destaca-se, também, o avanço das obras de implantação do trecho 3 do Corredor Expresso Tiradentes, em São Paulo, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2009. Em Recife, iniciou-se o processo de aquisição de sete veículos leves sobre trilhos (VLT) para operação do trecho Cajueiro Seco-Cabo e a elaboração de projetos básicos e executivos para melhoria do trecho. As obras estão com 64,5% de execução física realizada. O início da operação do trecho Shopping Tancredo Neves configura importante marco atingido em 2008. A operação de toda a Linha Sul, desde Recife até Cajueiro Seco, é esperada para fevereiro de 2009. Em Belo Horizonte, foi inaugurado o Terminal de Integração da Estação Vilarinho. Em Fortaleza, foram executadas obras de superestrutura do elevador Pólo de Parangaba, no trecho subterrâneo no centro de Fortaleza e nas obras do túnel no trecho de 2,8 km entre a rua Padre Cícero e a rua Castro e Silva, além de obras estruturais nas estações Benfica e São Benedito. O avanço físico acumulado das obras é de 53,45%. As obras do Trem Metropolitano de Fortaleza, iniciadas em 2008, já estão com 24,68% de execução física realizada. Destaca-se também que foi assinado, em novembro de 2008, o contrato para a aquisição de 6 VLTs. Em Salvador as obras também tiveram prosseguimento e estão com 46,2% de execução física.

As estações de Campo da Pólvora, Acesso Norte, Lapa e Brotas estão praticamente concluídas. Também foram aplicados recursos na continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Os pontos de maior criticidade nos sistemas metroferroviários são as deficientes condições operacionais da frota de material rodante e da via permanente. Os esforços envidados pelo Governo permitiram uma melhoria no desempenho operacional nos sistemas de Maceió e João Pessoa, sendo que, no primeiro, a demanda anual atendida passou de 1.564 mil em 2007 para 1.738 mil passageiros, em 2008, um crescimento de 11%, e no segundo, passou de 2.874 mil para 3.138 mil, um crescimento de 9%. Outra conquista relevante foi a construção e inauguração das estações Poço e Alto do Mateus, em Cabedelo e João Pessoa, atendendo a antiga reivindicação da comunidade local. Houve um crescimento global da demanda atendida, fruto também, da modicidade das tarifas do trem, bem inferior às dos ônibus, principalmente se comparadas com o mesmo percurso. Destaca-se também, no âmbito do sistema metroferroviário, a modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre (RS), onde foram executados, até 15 de dezembro de 2008, R\$ 1,5 milhão, principalmente para implantação do novo sistema de bilhetagem eletrônica, para a modernização do sistema de freios dos trens e para o Projeto Multimídia.

A previsão para 2009, se concentra na conclusão das obras de implantação do trecho Eldorado-Vilarinho do Metrô de Belo Horizonte, e do trecho 3 do Corredor Expresso Tiradentes, conforme mencionado. Outras obras previstas são, em Recife, a conclusão dos terminais de integração de Cajueiro Seco, Prazeres, Tancredo Neves e Joana Bezerra; em Fortaleza, a conclusão das obras do centro de manutenção e a continuidade das obras da via permanente e estações; em Salvador, a operação experimental do trecho Lapa-Acesso Norte; entre outros.

9. Trânsito

O Governo vem trabalhando no sentido de reduzir a mortalidade decorrente dos acidentes de trânsito, que são responsáveis, segundo estudos do IPEA, por um custo anual da ordem de R\$ 28 bilhões. Em 2008, foram feitos investimentos no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da distribuição de material técnico e capacitação de 4,5 mil profissionais dos órgãos de trânsito federais, estaduais e municipais, em todas as unidades da Federação. Adicionalmente, foi produzido material didático para distribuição a 33 milhões de alunos matriculados em 59 mil escolas de ensino fundamental e veiculadas campanhas de educação abordando temas como as conseqüências do álcool e da direção e as formas de proteger as crianças contra a violência no trânsito.

Com o intuito de melhorar a gestão, operação, fiscalização e engenharia do trânsito, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), definindo os requisitos de segurança e a arquitetura do sistema de modo a garantir sua interoperabilidade em todo o território nacional. Investiu-se, também, na melhoria e expansão dos sistemas informatizados existentes: Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), além do desenvolvimento e implantação do sistema denominado FunsetNet, ferramenta eletrônica que interliga o Denatran e os demais órgãos e entidades integrantes do SNT, possibilitando o envio, em tempo real, das prestações de informações relativas aos recursos recolhidos à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

Para 2009, está previsto o início da operação do Siniav e sua integração ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, a produção e veiculação de programas para a televisão e campanhas de educação com informações sobre legislação de trânsito e comportamento seguro no trânsito para motoristas, pedestres, motociclistas e ciclistas, bem como a descentralização de recursos provenientes do seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), para investimento em sinalização rodoviária pelo DNIT e o reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

